



Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já!

Balanço 2019 e Perspectivas 2020

1ª Edição



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

#EDUCAÇÃOJÁ



Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já!

Balanço 2019 e Perspectivas 2020

1ª Edição

TODOS PELA EDUCAÇÃO

Março de 2020

Sumário

| | | |
|----------|--|-----------|
| | Apresentação | 04 |
| | Resumo das propostas do Educação Já! | 05 |
| 1 | Introdução | 08 |
| 2 | Cenário atual: principais indicadores da Educação Básica | 10 |
| | 2.1 Acesso escolar | 10 |
| | 2.2 Trajetória escolar | 12 |
| | 2.3 Aprendizagem | 14 |
| | 2.4 Qualidade da Educação sob perspectiva: Ideb e Pisa | 16 |
| | 2.5 De olho na equidade | 17 |
| 3 | Acompanhamento das prioridades do Educação Já! | 19 |
| | <i>Quadro Resumo: Balanço 2019 do avanço de políticas educacionais</i> | 21 |
| | I. Reestruturação das regras de governança e melhoria da gestão | 25 |
| | II. Financiamento mais redistributivo e indutor de qualidade | 30 |
| | III. Efetivação da Base Nacional Comum Curricular nas redes de ensino | 37 |
| | IV. Profissionalização da carreira e formação docente | 42 |
| | V. Primeira Infância como agenda intersetorial | 48 |
| | VI. Alfabetização em regime de colaboração | 51 |
| | VII. Nova proposta de escola no Ensino Médio | 54 |
| 4 | Outros temas relevantes no atual contexto | 60 |
| | 4.1 Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares | 60 |
| | 4.2 Conectividade nas escolas | 61 |
| | 4.3 Programa Educação em Prática | 62 |
| 5 | Resumo final e posicionamento do Todos Pela Educação | 63 |

Autores e especialistas envolvidos no relatório

Este relatório foi elaborado pelo Todos Pela Educação e contou com o apoio técnico de especialistas e organizações, que foram consultados ao longo do processo de construção¹:

Elaboração:

Todos Pela Educação

Coordenação:

Priscila Cruz

Presidente-Executiva

João Marcelo Borges

Diretor de Estratégia Política

Olavo Nogueira Filho

Diretor de Políticas Educacionais,
Comunicação e Mobilização

Redação:

Gabriel Barreto Corrêa

Gerente de Políticas Educacionais

Caio Sato

Elder Sant'Anna

Ivan Gontijo

Maria Laura Gomes

Thaiane Pereira

Apoio técnico:

Lucas Hoogerbrugge

Gerente de Estratégia Política

Caio Callegari

Felipe Poyares

Gustavo Wei

Coordenação editorial:

Bárbara Benatti

Gerente de Comunicação

Pricilla Kesley

Diagramação

Tiago Pimenta Passos

Revisão

Paula Bosi

Especialistas consultados para a construção deste relatório:

Alexsandro Santos

Anna Helena Altenfelder

Binho Marques

Claudia Costin

Fernando Abrucio

José Henrique Paim

Maria Helena Guimarães

Maria Inês Fini

Mariza Abreu

Maurício Holanda

Mozart Neves Ramos

Naercio Menezes Filho

Washington Bonfim

Organizações que apoiaram a construção deste relatório:

CENPEC

Fundação Lemann

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Fundação Roberto Marinho

Fundação Telefônica Vivo

Instituto Natura

Instituto Península

Instituto Sonho Grande

Instituto Unibanco

Itaú BBA

Itaú Social

Movimento Colabora Educação

Movimento pela Base Nacional Comum

Movimento Profissão Docente

¹ O Todos Pela Educação se responsabiliza integralmente por todo o conteúdo do relatório, incluindo eventuais erros e imprecisões.

Apresentação

TODOS PELA EDUCAÇÃO

O Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, independente, plural e suprapartidária

O Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural e suprapartidária, fundada em 2006. Com uma atuação independente e sem receber recursos públicos, nosso foco é contribuir para melhorar a Educação Básica no Brasil.

Para isso, desenvolvemos ações visando ampliar o senso de urgência para a necessidade de mudanças na Educação, produzimos conhecimento com o objetivo de apoiar a tomada de decisão das diferentes esferas do poder público e articulamos junto aos principais atores para efetivar as medidas que podem impactar os rumos da Educação. Além disso, monitoramos crítica e continuamente os indicadores e as políticas educacionais do País.

EDUCAÇÃO JÁ!

O Educação Já! busca contribuir para que o poder público implemente medidas capazes de promover um salto de qualidade na Educação Básica

O Educação Já! é uma iniciativa coordenada pelo Todos Pela Educação que, em conjunto com diversos especialistas e organizações do setor educacional, busca contribuir para que o poder público brasileiro implemente um conjunto de medidas que sejam capazes de promover um salto de qualidade na Educação Básica brasileira. Assim, o Educação Já! representa uma ampla coalizão de atores que, por meio de debates técnicos e diferentes pontos de vista, trabalham juntos para o avanço de pautas prioritárias para a Educação brasileira.

Em 2018, o Educação Já! elaborou uma proposta de estratégia nacional para a Educação Básica² e a apresentou para diversos atores políticos, de diferentes poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e entes (União, Estados e Municípios). Essas propostas são sistematizadas em 7 grandes temas prioritários, pelos quais este relatório está estruturado. São eles: Governança e Gestão, Financiamento, Base Nacional Comum Curricular, Professores, Primeira Infância, Alfabetização e Ensino Médio. As propostas estão resumidas a seguir.

O RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO EDUCAÇÃO JÁ!

A partir de 2020, o Todos Pela Educação passa a divulgar anualmente um relatório sobre o andamento das políticas destacadas pelo Educação Já!

A partir de 2020, o Todos Pela Educação passa a divulgar anualmente um relatório sobre o andamento das políticas destacadas pelo Educação Já!, acompanhando os avanços, desafios e eventuais retrocessos das medidas recomendadas pela iniciativa, assim como o cenário da Educação Básica brasileira de modo mais geral. O relatório representa a visão institucional da organização e tem como intuito principal dar maior visibilidade aos rumos que o País tem tomado na área, contribuindo para qualificar o debate educacional, reforçar o senso de urgência em torno de pautas cruciais e subsidiar o poder público com informações relevantes para a tomada de decisão.

² As recomendações foram sistematizadas no documento "Educação Já! - Uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022" e detalhadas em relatórios de aprofundamento, todos disponíveis publicamente no [site do Todos Pela Educação](#).

Resumo das propostas do Educação Já!

1) REESTRUTURAÇÃO DAS REGRAS DE GOVERNANÇA E MELHORIA DA GESTÃO

Aprimorar a gestão dos órgãos públicos da Educação e redesenhar a governança entre União, Estados e Municípios, dando mais clareza quanto às atribuições de cada ente e estimulando a pactuação de políticas.

- a. Regulamentar um Sistema Nacional de Educação (SNE) que defina de forma clara as responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na Educação e crie normas para que atuem de forma articulada e conjunta;
- b. Criar mecanismos para incentivar práticas colaborativas entre União, Estados e Municípios;
- c. Apoiar e induzir melhorias de gestão nas Secretarias municipais e estaduais de Educação;
- d. Aprimorar a gestão do Ministério da Educação (MEC), promovendo mudanças na estrutura organizacional e na gestão administrativa e orçamentária.

2) FINANCIAMENTO MAIS REDISTRIBUTIVO E INDUTOR DE QUALIDADE

Realizar alterações nos mecanismos de financiamento da Educação Básica, em especial o Fundeb, tornando-os mais eficientes, redistributivos e indutores de qualidade, visando garantir, em todas as redes, condições básicas para oferta educacional.

- a. Tornar permanente o Fundeb, principal mecanismo de redistribuição de verbas na Educação Básica, que se encerra em 2020, e aprimorá-lo, considerando os seguintes eixos:
 - Melhorar a redistribuição dentro dos Estados, considerando, além do número de matrículas, o total de recursos disponíveis e o nível socioeconômico dos alunos;
 - Direcionar a complementação da União para quem mais precisa, fazendo com que essa verba adicional chegue aos Municípios mais pobres, independentemente do Estado onde estão localizados;
 - Ampliar a contribuição da União ao Fundeb de maneira sustentável e gradual, fazendo com que todos os Municípios brasileiros tenham condições básicas para gestão educacional.
- b. Aperfeiçoar as demais transferências de recursos do Governo Federal às redes de ensino, tornando-as mais redistributivas e eficazes na melhoria da qualidade da Educação;
- c. Aprimorar os mecanismos de repasses financeiros para induzir Estados e Municípios a adotarem melhores políticas educacionais;
- d. Introduzir mecanismos de indução da qualidade do ensino via incentivos financeiros e tributários para avanço na aprendizagem.

Resumo das propostas do Educação Já! *(cont.)*

3) EFETIVAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NAS REDES DE ENSINO

Adaptar os currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental à BNCC e, a partir deles, garantir a coerência dos elementos dos sistemas educacionais.

a. A partir da BNCC e da reformulação dos currículos feita pelas redes de ensino, fortalecer os elementos essenciais para a gestão pedagógica, com a construção e a disseminação de:

- Materiais de apoio de qualidade para alunos e professores;
- Programas de formação continuada aos professores;
- Avaliações de aprendizagem atreladas ao currículo;
- Programas de reforço e recuperação bem estruturados.

b. Adaptar as políticas nacionais de natureza pedagógica à BNCC, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), as políticas de disponibilização de recursos digitais e as avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

4) PROFISSIONALIZAÇÃO DA CARREIRA E FORMAÇÃO DOCENTE

Instituir políticas de valorização e profissionalização docente, com abordagem sistêmica que envolva atratividade, formação e melhorias na carreira de professores.

a. Instituir o Marco Referencial Docente Nacional, que visa definir conhecimentos e competências esperados de todo professor, como forma de nortear as políticas docentes no País;

b. Elevar a seletividade dos cursos de formação inicial de professores, estabelecendo pontuação mínima no Enem para ingresso nesses cursos;

c. Estruturar programa nacional de atratividade de alunos com alto desempenho no Enem para ingresso na carreira docente;

d. A partir das DCNs da Formação Inicial, aprimorar os mecanismos de indução, regulação e avaliação dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas e criar um exame de conclusão para aferir os conhecimentos mínimos para o exercício da docência;

e. Melhorar a carreira e desenvolvimento profissional dos professores concursados das redes de ensino, aprimorando os concursos de ingresso, o estágio probatório, os planos de carreira, a remuneração, a rotina de trabalho e a formação continuada;

f. Aprimorar os processos de seleção e formação dos professores temporários das redes de ensino;

g. Promover melhorias nos processos de seleção, formação e apoio ao trabalho dos gestores escolares.

5) PRIMEIRA INFÂNCIA COMO AGENDA INTERSETORIAL

Estabelecer políticas intersetoriais de Primeira Infância que busquem um atendimento integral e integrado de qualidade às crianças de 0 a 6 anos.

a. Expandir e qualificar a oferta de Educação Infantil, especialmente para famílias mais vulneráveis, buscando atender a demanda por Creche (0 a 3 anos) nos Municípios

e ter 100% das crianças de 4 e 5 anos na Pré-Escola; e melhorar a qualidade dos serviços, incluindo a implementação da Base Nacional Comum Curricular para a etapa;

b. Expandir as ações intersetoriais para a Primeira Infância, em especial com serviços de apoio aos pais e responsáveis no cuidado das crianças, com políticas como a ampliação do atendimento às famílias inscritas no Cadastro Único e a definição de parâmetros de qualidade e processos avaliativos para o atendimento e acompanhamento dessas crianças na Educação, na Saúde e na Assistência Social.

6) ALFABETIZAÇÃO EM REGIME DE COLABORAÇÃO

Instituir programas de alfabetização em que Estados estabeleçam estratégias coordenadas e colaborativas junto aos Municípios, buscando fortalecer ações pedagógicas específicas para o processo de alfabetização.

a. Com inspiração no caso do Ceará, expandir a estratégia do Regime de Colaboração entre governos estaduais e municipais, observando os seguintes fatores:

- Fortalecimento pedagógico: articulação entre currículo, avaliação, material didático e formação docente para dar foco à alfabetização;
- Avaliação e Monitoramento: realização de avaliação diagnóstica censitária e estruturação do monitoramento do programa;
- Cooperação e incentivos: constituição de estruturas de cooperação entre Estado e Municípios, com implementação de mecanismos de incentivos focados na melhoria da aprendizagem;
- Governança participativa: estruturação de governança com participação de poder de decisão de diferentes instâncias;
- Engajamento pelo diálogo: implementação de estratégias de divulgação e visibilidade do programa;
- Compromisso técnico e político: pleno envolvimento e comprometimento do governador e dos prefeitos;
- Desenho e legitimidade: elaboração de planejamento dos programas e garantias de viabilidade dos recursos.

7) NOVA PROPOSTA DE ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

À luz das definições trazidas pela lei do Novo Ensino Médio, reestruturar a oferta da etapa no Brasil, buscando tornar as escolas mais atrativas para os jovens e avançar nos índices de aprendizagem dos alunos.

a. Implementar as mudanças estabelecidas para o Ensino Médio em todas as escolas, contemplando a extensão da carga horária e um currículo mais diversificado, que estimule a interdisciplinaridade;

b. Expandir e aprimorar as escolas de Ensino Médio em tempo integral, viabilizando uma escola mais atrativa aos jovens e com melhores resultados de aprendizagem dos alunos;

c. Expandir e aprimorar a oferta da formação técnica e profissional no Ensino Médio, de maneira mais articulada com o mercado de trabalho;

d. Adaptar políticas nacionais de natureza pedagógica ao Novo Ensino Médio, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

1

Introdução

É cada vez mais urgente a necessidade de melhorias na qualidade da Educação Básica no Brasil

É cada vez mais notória e urgente a necessidade de melhorias na qualidade da Educação Básica no Brasil. O País está longe de garantir oportunidades iguais a todos os seus cidadãos, tem sua produtividade praticamente estagnada há décadas e grande parte de sua população sofre com problemas sociais de diversas naturezas. É certo que uma Educação de qualidade não resolverá todas essas questões, mas, sem ela, será impossível caminhar rumo a um País verdadeiramente desenvolvido do ponto vista social e econômico.

Apesar de avanços importantes nas últimas décadas, a situação da Educação Básica a nível nacional ainda é crítica

Há muito a ser feito. Apesar de avanços importantes nas políticas educacionais nas últimas décadas³ e de importantes melhorias que alguns Estados e Municípios vêm apresentando em seus indicadores educacionais⁴, a situação da Educação Básica a nível nacional ainda é crítica. O acesso à escola já é praticamente garantido para todos os brasileiros, mas muitos ainda não concluem a trajetória escolar. De cada 100 jovens de 19 anos, por exemplo, apenas 65 concluíram o Ensino Médio no Brasil⁵. Além disso, são baixíssimos os níveis de aprendizagem, principal desafio que retrata o problema de qualidade ainda existente. Como será apresentado em maiores detalhes mais adiante, apenas 9% dos jovens que concluem o Ensino Médio possuem aprendizado adequado em Matemática e 29% em Língua Portuguesa. Não por acaso, o Brasil segue nas últimas colocações na avaliação internacional de desempenho escolar do Pisa⁶, promovido pela OCDE (57º em Leitura, 70º em Matemática e 64º em Ciências, dos 79 países e regiões participantes).

O Todos Pela Educação elaborou, em 2018, uma proposta de estratégia nacional para a Educação Básica

Diante desse contexto e com o objetivo de subsidiar o poder público com recomendações de políticas que possam enfrentar os desafios do atual cenário, o Todos Pela Educação elaborou, em 2018, em colaboração com outras organizações e especialistas, uma proposta inédita de estratégia nacional para a Educação Básica brasileira. O esforço, denominado “Educação Já!”, buscou apontar tanto para a continuidade e aprimoramento de boas políticas já em andamento, quanto para a introdução de medidas estruturantes ainda ausentes no cenário educacional do País. Ademais, trata-se de um conjunto de propostas informadas pelas evidências, pelos conhecimentos consolidados pela literatura científica, por experiências de êxito no Brasil e no mundo, além de pesquisas de opinião com professores e alunos.

As recomendações foram sistematizadas no documento “Educação Já!” e detalhadas em relatórios de aprofundamento

As recomendações foram sistematizadas no documento “Educação Já! - Uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022” e detalhadas em relatórios de aprofundamento, todos disponíveis publicamente no site do Todos Pela Educação⁷. Na contramão de superficialidades e apontamentos genéricos – resultado muitas vezes comum em processos de construção coletiva envolvendo atores que possuem diferentes trajetórias e perspectivas –

³ Por exemplo, avanços nos sistemas de financiamento (com o Fundef e o Fundeb) e de avaliação (com o Saeb e o Ideb), a elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio.

⁴ Por exemplo, o percentual de alunos do 5º ano com aprendizagem adequada dobrou entre 2007 e 2017.

⁵ Os dados aqui mencionados serão aprofundados adiante, onde terão suas fontes identificadas.

⁶ O Pisa é um estudo comparativo internacional que oferece informações sobre o desempenho de estudantes na faixa etária dos 15 anos, em Leitura, Matemática e Ciências. Sua realização se dá a cada três anos pela OCDE. No Brasil, seu planejamento e operacionalização ficam a cargo do Inep.

⁷ [https:// www.todospelaeducacao.org.br](https://www.todospelaeducacao.org.br)

INTRODUÇÃO

o Educação Já! foi capaz de deflagrar diagnósticos precisos e posicionamentos claros em relação aos caminhos que o Brasil deve tomar na Educação Básica. Conseguir concretizar tamanho amadurecimento do debate educacional brasileiro é, inclusive, característica central para justificar um esforço de contínuo acompanhamento público.

Ao longo de 2019, as propostas construídas foram apresentadas para inúmeros atores políticos do País, tais como representantes do Governo Federal, do Congresso Nacional, do Conselho Nacional de Educação e de governos estaduais e municipais. Elas também cumpriram papel importante no fortalecimento das ações de diversas organizações da sociedade civil, que não só contribuíram para o processo de construção na etapa inicial, mas passaram a entender o Educação Já! como uma agenda de ação e articulação coletiva em prol de resultados comuns.

É diante desse cenário que, decorrido o primeiro ano de novos governos e mandatos legislativos a nível federal e estadual, o Todos Pela Educação apresenta agora a 1ª edição de uma sistemática de acompanhamento da agenda do Educação Já!, tendo como foco os acontecimentos em 2019. Quais foram os destaques positivos e negativos do ano dentro de cada pauta prioritária? E quais as perspectivas para 2020? São essas as principais questões respondidas neste relatório.

Com efeito, tal esforço inaugura um novo capítulo do trabalho do Todos Pela Educação: além do monitoramento público constante dos principais indicadores educacionais e do Plano Nacional de Educação (PNE), passa-se agora a acompanhar de maneira estruturada o avanço de políticas educacionais centrais para o País. Dessa forma, busca-se reafirmar a agenda de propostas do Educação Já! como importante referência para a Educação Básica, qualificar o debate público, reforçar o senso de urgência em torno de medidas cruciais e continuamente subsidiar o poder público com informações relevantes para a tomada de decisão.

Para cumprir esse propósito, o relatório é composto de mais quatro seções. A seção 2, a seguir, apresenta os dados mais atualizados sobre os grandes “objetivos-fim” elencados pela iniciativa Educação Já! (e que também compõem o conjunto de metas do PNE): (i) o acesso de todas as crianças de 4 a 17 anos à escola, (ii) a trajetória escolar adequada, com conclusão das etapas na idade certa e (iii) a aprendizagem de todos os alunos. Esse é o cerne do monitoramento de resultados educacionais que o Todos Pela Educação realiza desde sua fundação e que continuará fazendo ao longo dos próximos anos⁸. Após essa exposição, a seção 3 traz uma análise sobre os pontos positivos e negativos, em 2019, de cada uma das sete temáticas prioritárias propostas no Educação Já!⁹, com uma avaliação do “balanço do ano” e perspectivas para 2020. A seção 4 aborda outros temas relevantes no atual contexto da Educação Básica brasileira e, por fim, a seção 5 apresenta um resumo final das principais mensagens e um posicionamento do Todos Pela Educação.

O amadurecimento do debate educacional justifica um esforço de contínuo acompanhamento público de políticas centrais para o País avançar

O Todos Pela Educação apresenta agora a 1ª edição do acompanhamento da agenda do Educação Já!, tendo como foco os acontecimentos em 2019

Busca-se reafirmar a agenda do Educação Já! como referência técnica, qualificar o debate público, reforçar o senso de urgência e subsidiar o poder público

8

Esses três objetivos estão traduzidos nas 5 metas do Todos Pela Educação. Para saber mais acesse: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/dados-5-metas>

9

As sete temáticas prioritárias estão resumidas no início deste relatório.

2

Cenário atual: principais indicadores da Educação Básica

As propostas elaboradas e apresentadas no âmbito do Educação Já! estão ancoradas em uma visão de futuro que se concretiza em três “objetivos-fim” das políticas de Educação Básica:

OBJETIVOS-FIM DA POLÍTICA EDUCACIONAL

- *Garantir o acesso de todas as crianças e jovens à escola;*
- *Garantir a permanência na escola com trajetória adequada entre as séries e conclusão em idade apropriada;*
- *Garantir a aprendizagem de todos os alunos na idade certa.*

É com base nestes três objetivos que o Todos Pela Educação realiza, em conjunto com especialistas e organizações parceiras, um acompanhamento contínuo dos resultados educacionais. Esses resultados ajudam a ilustrar o cenário atual da Educação Básica brasileira e a compreender a urgência de se desencadear o conjunto de propostas elencadas pelo Educação Já!. Uma síntese desse acompanhamento é apresentada a seguir.

2.1 Acesso Escolar

O Brasil avançou no acesso escolar, mas ainda há desafios, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Médio

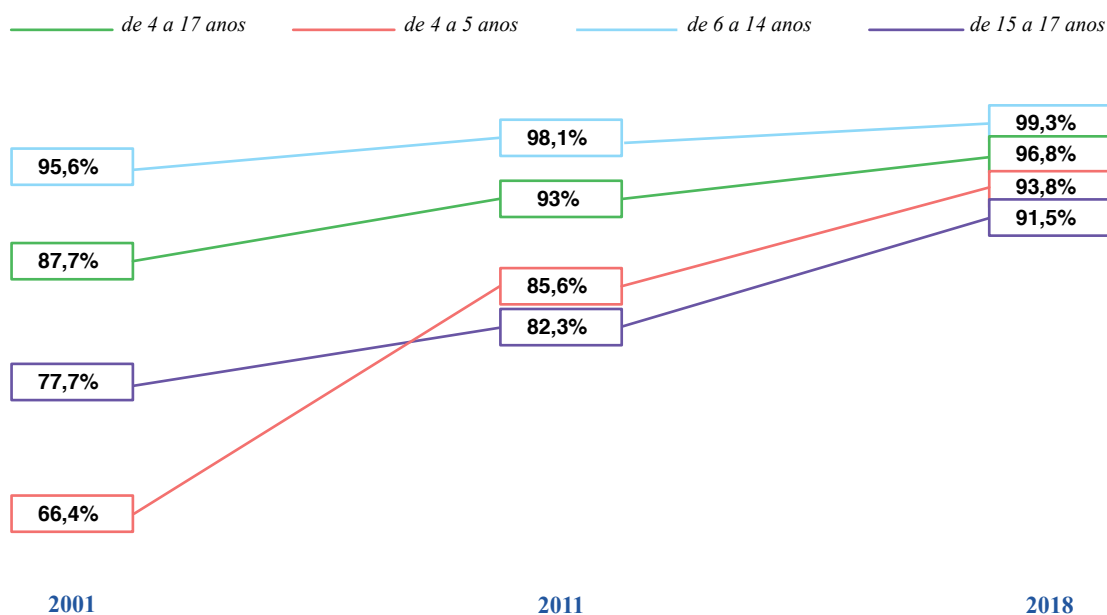
Quando se trata do acesso à escola, é preciso lembrar que é dever do Estado garantir a Educação Básica a todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos¹⁰. Além disso, é fundamental a compreensão de que o acesso não deve ser entendido apenas como a oferta de vagas, mas como “atendimento escolar à população”. Ou seja, não basta ter vagas disponíveis para as crianças, adolescentes e jovens. É fundamental garantir que eles, de fato, estejam na escola.

Nesse quesito, o Brasil avançou significativamente nas últimas décadas. Estimativas indicam que 96,8% das crianças e jovens de 4 a 17 anos frequentam atualmente a escola, o que representa um avanço de 9,1 pontos percentuais em relação ao ano de 2001 (figura 1).

Entretanto, quando se observa essa taxa de atendimento segmentada por faixa etária, ficam nítidos alguns desafios que ainda precisam ser superados. Enquanto praticamente todas as crianças com idades entre 6 e 14 anos estão frequentando a escola (99,3%), essa taxa é de 93,8% para as crianças de 4 e 5 anos (329 mil estão fora da escola) e de 91,5% para os jovens de 15 a 17 anos (783 mil estão fora da escola).

10
Constituição Federal, Art. 208. A obrigatoriedade da Educação para a faixa etária de 4 a 17 anos foi definida pela Emenda Constitucional 59/2009.

FIGURA 1: TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR

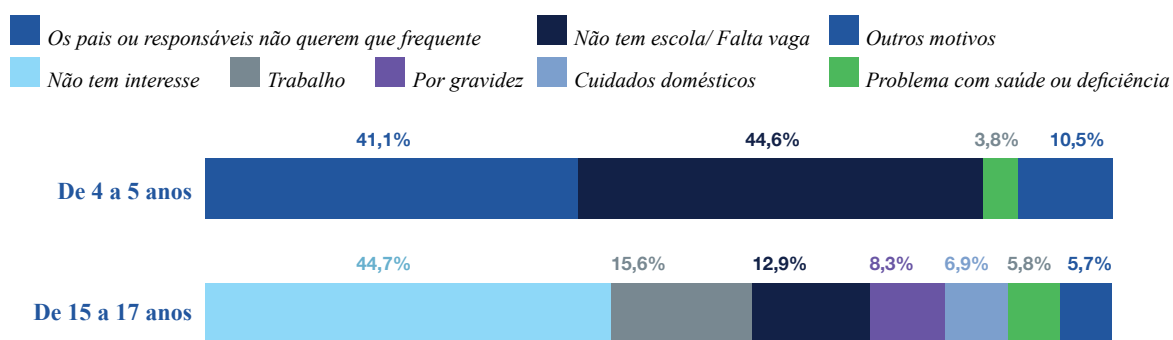


Fonte: IBGE/Pnad 2001 e 2011 e IBGE/Pnad Contínua - Educação 2018. Elaboração: Todos Pela Educação.

Os últimos dados disponíveis para avaliar os motivos por trás da não frequência à escola apontam que os desafios demandam diferentes estratégias de enfrentamento em cada etapa. Enquanto cerca de 45% dos pais de crianças com idades entre 4 e 5 anos que não frequen-

tam a Pré-Escola alegam que “Não tem escola/ Falta vaga” como motivo da não frequência, para os jovens de 15 a 17 anos fora da escola o “Desinteresse” é apontado por cerca de 45% como a causa principal (figura 2).

FIGURA 2: MOTIVOS DE NÃO FREQUENTAR A ESCOLA: CRIANÇAS E JOVENS



Fonte: IBGE/Pnad Contínua - Educação 2017 para a faixa etária de 4 e 5 anos e IBGE/Pnad Contínua - Educação 2018 para a faixa etária de 15 e 17 anos. Elaboração: Todos Pela Educação.

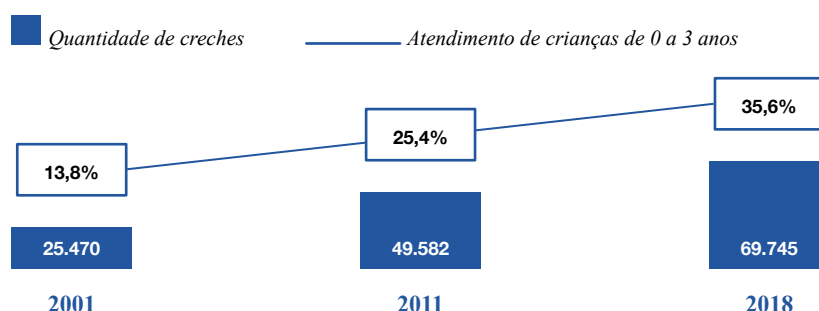
11 Ver, por exemplo, “Skill formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children” James Heckman (2016).

12 A meta do PNE de 50% de atendimento na Creche é nacional, não precisando, necessariamente, ser replicada para cada Estado e Município.

Já para as crianças de 0 a 3 anos, não há obrigatoriedade de frequência escolar prevista em lei. No entanto, as pesquisas científicas acumuladas têm sido conclusivas quanto à importância e aos impactos de longo prazo dos estímulos no desenvolvimento infantil¹¹, o que torna importante o monitoramento do acesso à Creche.

Em que pese o avanço de quase 22 pontos percentuais desde 2001 (figura 3), são apenas cerca de 36% de crianças frequentando Creches atualmente no País, longe da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação de atender 50% das crianças brasileiras até 2024¹².

FIGURA 3: TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR DE 0 A 3 ANOS E NÚMERO DE CRECHES



Fonte: IBGE/Pnad 2001 e 2011, IBGE/Pnad Contínua - Educação 2018 e MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

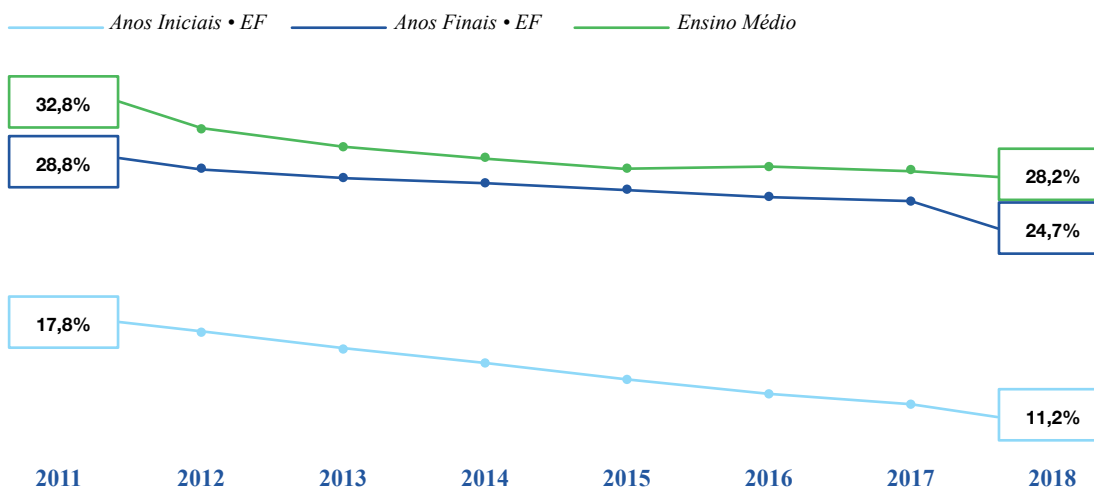
2.2 Trajetória escolar

No quesito Trajetória Escolar, os indicadores apontam um cenário mais crítico do que o de acesso

Assegurar que os alunos percorram toda a sua trajetória escolar de forma adequada (na idade correta) é também um dos principais desafios da Educação brasileira. Nesse quesito, os indicadores apontam um cenário mais crítico do que o de atendimento escolar, ainda que se observe uma pequena melhora em todas as etapas nos últimos anos.

Assim como na dimensão de acesso, há uma variação significativa entre etapas: o desafio do atraso escolar vai se tornando mais grave conforme a progressão na Educação Básica. No Ensino Médio, três em cada 10 matriculados (28,2%) estão em situação de atraso de dois ou mais anos na trajetória escolar¹³. Já nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, os percentuais são de 11,2% e 24,7% dos matriculados, respectivamente (figura 4).

FIGURA 4: DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NAS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



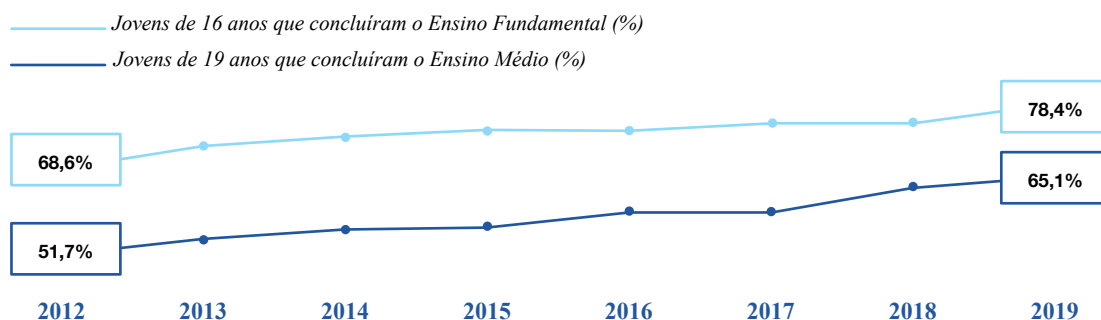
Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais. Elaboração: Todos Pela Educação.

13
Indicador conhecido como "distorção idade-série".

Os altos índices de atraso escolar contribuem para os percentuais ainda baixos de crianças e jovens que concluem o Ensino Fundamental e Médio em idade adequada. Por mais que esse indicador venha evoluindo, apenas 78%

dos jovens brasileiros de 16 anos haviam concluído o Ensino Fundamental e 65% dos jovens de 19 anos haviam concluído o Ensino Médio, em 2019 (figura 5).

FIGURA 5: JOVENS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL E O ENSINO MÉDIO NA IDADE ADEQUADA

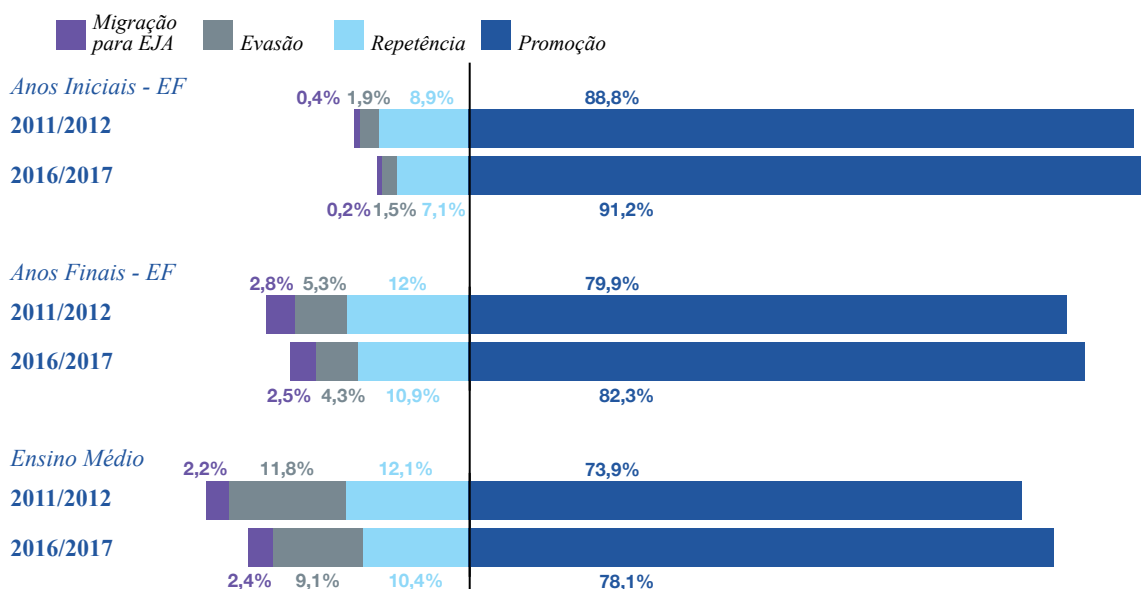


Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Observando as taxas de transição entre as séries da Educação Básica, é possível verificar como a reprovação e a evasão contribuem direta e negativamente para a trajetória escolar dos alunos. A figura 6 apresenta essas taxas, mostrando, para cada etapa, o percentual de alunos que seguiram a trajetória conforme o esperado (“promoção”) ou que repetiram, evadiram ou migraram para a Educação de Jovens e Adultos.

Com o passar dos anos, percebe-se um panorama animador: as taxas de promoção vêm aumentando, enquanto as taxas de repetência e evasão se reduzem. No entanto, é preocupante notar que apenas 82% dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e 78% dos alunos do Ensino Médio fazem a transição entre as séries de forma adequada.

FIGURA 6: TAXAS DE PROMOÇÃO, REPETÊNCIA, MIGRAÇÃO PARA EJA E EVASÃO NAS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais. Elaboração: Todos Pela Educação.

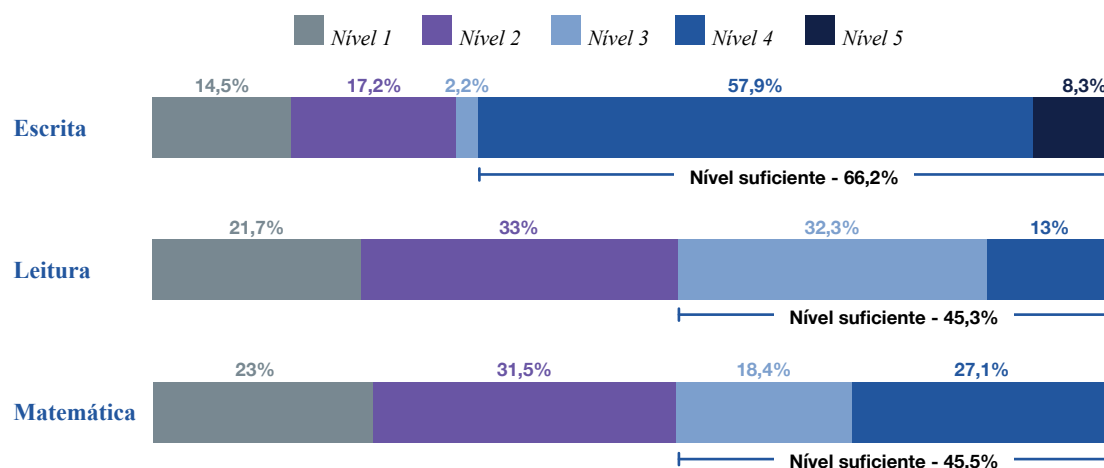
2.3 Aprendizagem

A aprendizagem é um desafio em todas as etapas da Educação Básica, que começa desde cedo

Garantir que os alunos aprendam o que é esperado é um desafio existente em todas as etapas da Educação brasileira.

Os problemas de aprendizagem começam desde cedo. A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), aplicada em 2016 para alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, apontou que menos da metade dos alunos avaliados possuíam níveis de proficiência suficientes em Leitura (45,3%) e Matemática (45,5%)¹⁴, como mostra a figura 7.

FIGURA 7: ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM APRENDIZAGEM ADEQUADA - 2016



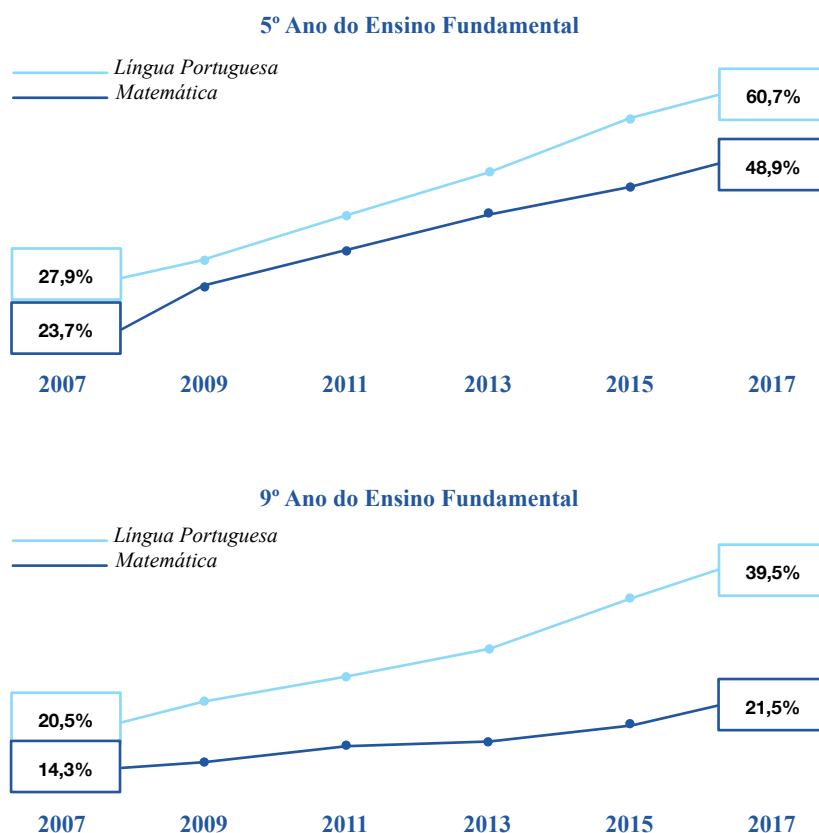
Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional de Alfabetização.
Elaboração: Todos Pela Educação.

Já para o Ensino Fundamental, o indicador de aprendizagem adequada¹⁵ mostra constante evolução desde 2007, especialmente nos Anos Iniciais da etapa: em 2017, 60,7% dos alunos possuíam aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e 48,9% em Matemática, pouco mais que o dobro do observado em 2007 (figura 8). Já nos Anos Finais, os avanços foram menores. Em 2017, dos alunos do 9º ano, 39,5% possuíam aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e 21,5% em Matemática, conforme mostrado na mesma figura.

14
A escala de notas de Leitura e Matemática é dividida em quatro níveis, com os níveis 3 e 4 considerados "suficientes". Em Escrita, são cinco níveis, com os níveis 4 e 5 considerados "suficientes". Cabe destacar que a nomenclatura ANA foi extinta, em 2019, e o novo Saeb passou a incluir a avaliação de alunos do 2º ano do Ensino Fundamental.

15
Para "nível de aprendizado adequado" utilizou-se os parâmetros estabelecidos pelo Todos Pela Educação, que foram definidos como pontuações mínimas na escala do Saeb para representar níveis adequados de habilidades. Para mais informações, acesse: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/meta-3-em-10-anos-aprendizado-adequado-ensino-medio-segue-estagnado-avancos-5-ano-fundamental>

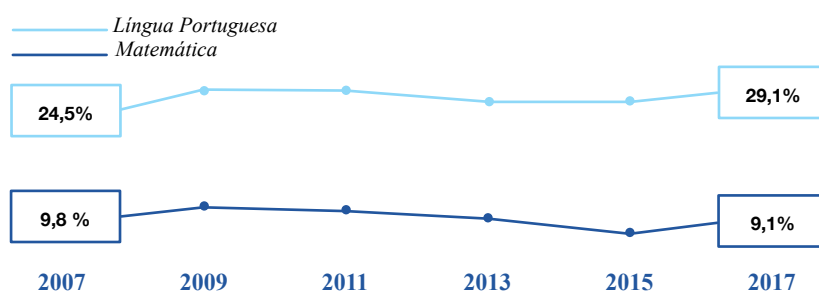
FIGURA 8: ALUNOS COM APRENDIZAGEM ADEQUADA EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL



Fonte: MEC/Inep/DAEB/Microdados do Saeb. Elaboração: Todos Pela Educação.

Os baixos níveis de aprendizagem dos alunos brasileiros se tornam ainda mais alarmantes no Ensino Médio. Ao contrário das demais etapas, houve pouca evolução na última década (figura 9). Em 2017, de cada 10 alunos na 3ª série do Ensino Médio, três possuíam nível de aprendizagem adequada em Língua Portuguesa (29,1%) e apenas um em Matemática (9,1%), sendo que este número caiu nos últimos dez anos.

FIGURA 9: ALUNOS COM APRENDIZAGEM ADEQUADA EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA NA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO



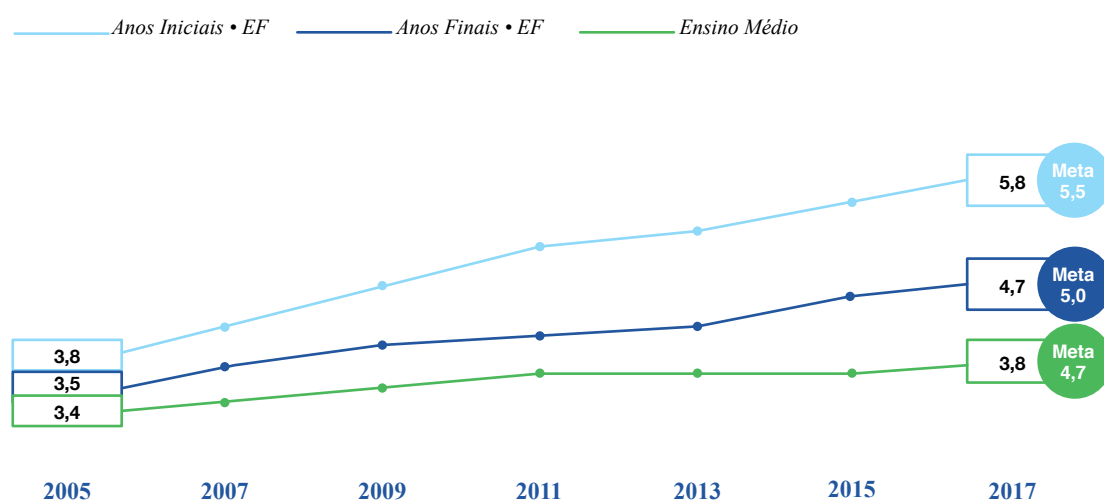
Fonte: MEC/Inep/DAEB/Microdados do Saeb. Elaboração: Todos Pela Educação.

2.4 Qualidade da Educação sob perspectiva: Ideb e Pisa

Os dados das seções anteriores expõem grandes desafios nacionais na Educação Básica. Se, por um lado, o País avançou substancialmente na universalização do acesso ao ensino, por outro, é preciso acelerar a evolução nos indicadores de trajetória escolar e aprendizagem adequada. Esses últimos são exata-

mente os dois conceitos que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que procura apresentar uma métrica de qualidade para a Educação a partir das taxas de rendimento¹⁶ e do nível de aprendizagem dos estudantes. Sua evolução, a partir de 2005, pode ser vista na figura 10.

FIGURA 10: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) – REDE TOTAL (PÚBLICA E PRIVADA)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais. Elaboração: Todos Pela Educação.

O Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é o indicador que mais avançou no período, superando a meta estabelecida no PNE para o ano de 2017¹⁷. Já o Ideb dos Anos Finais, apesar do avanço de 1,2 ponto em relação a 2005, ficou abaixo da meta estabelecida (5,0). No Ensino Médio, a análise do Ideb reflete os níveis de aprendizagem apresentados anteriormente: além da pouca evolução desde 2005, o Ideb nessa etapa permanece praticamente estagnado desde 2011.

A baixa aprendizagem na Educação Básica é também refletida em provas internacionais. No Pisa, por exemplo, o Brasil ocupa a 57ª posição em Leitura, 70ª em Matemática e 64ª

em Ciências, dos 79 países e regiões participantes da avaliação.

Quando consideramos os resultados gerais do Pisa em 2018 (figura 11), apesar de o Brasil ter avançado na pontuação das três disciplinas em relação a 2015, tais diferenças não foram estatisticamente significativas. Ou seja, não se pode afirmar que as pontuações de 2018, de fato, são maiores que as de 2015. Isso significa que, nas últimas quatro edições da avaliação (2009, 2012, 2015 e 2018), os resultados médios dos alunos brasileiros ficaram estagnados em patamares muito abaixo da média dos países da OCDE.

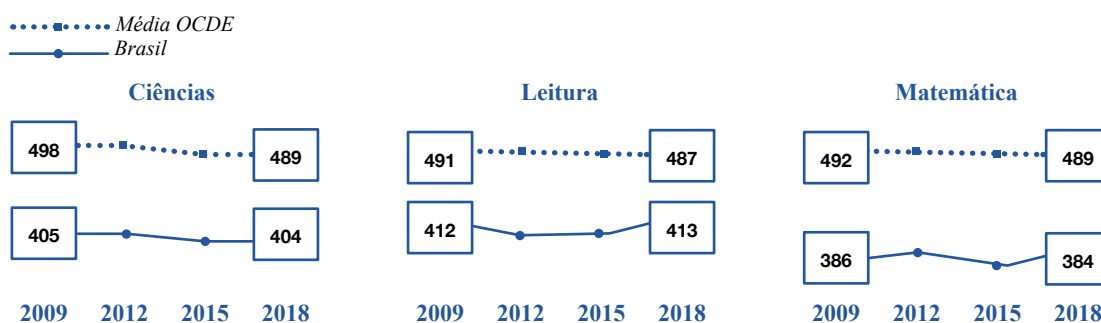
É preciso acelerar a evolução nos indicadores de trajetória escolar e aprendizagem, conceitos que compõem o Ideb

Nas últimas quatro edições do Pisa, os resultados médios dos alunos brasileiros permaneceram estagnados

¹⁶ São considerados os indicadores de aprovação, reprovação e abandono.

¹⁷ A meta 7 do Plano Nacional de Educação estabeleceu metas nacionais (médias nacionais a serem atingidas) para o Ideb até 2021.

FIGURA 11: RESULTADOS DO BRASIL NO PISA



Nota: As médias OCDE de Ciências e Matemática incluem todos os membros da OCDE, a Colômbia e excluem a Áustria. Já a média OCDE para Leitura inclui todos os membros da OCDE, a Colômbia e exclui a Áustria e a Espanha.

Fonte: Education GPS, OECD, <http://gpseducation.oecd.org>. Elaboração: Todos Pela Educação.

2.5 De olho na equidade

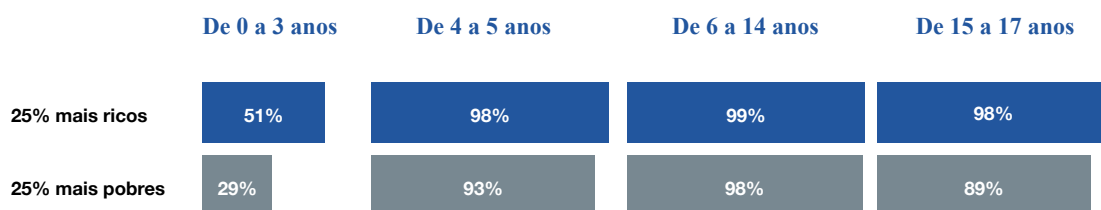
A definição de qualidade envolve necessariamente o conceito de equidade e inclusão

A definição de qualidade envolve necessariamente o conceito de equidade e inclusão. Esse foi um dos princípios norteadores do documento Educação Já!, buscando evidenciar que não basta melhorar os resultados educacionais médios do País se não for possível, ao mesmo tempo, reduzir as enormes desigualdades neles refletidas. No Brasil, as desigualdades nos mais diversos indicadores em diferentes serviços públicos estão altamente correlacionadas às características socioeconômicas dos cidadãos. E,

particularmente na Educação, essas diferenças ficam evidentes desde o início da trajetória escolar, no acesso à Creche.

O percentual de crianças de 0 a 3 anos frequentando a Creche entre os mais pobres é de 29%, sendo de 51% para os mais ricos (figura 12). Nas faixas etárias de 4 e 5 anos e de 6 a 14 anos, essa desigualdade não fica tão evidente, voltando a ser mais nítida na faixa etária de 15 a 17 anos (diferença de quase 10 pontos percentuais).

FIGURA 12: DESIGUALDADE NA TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR DE ACORDO COM O NÍVEL SOCIOECONÔMICO



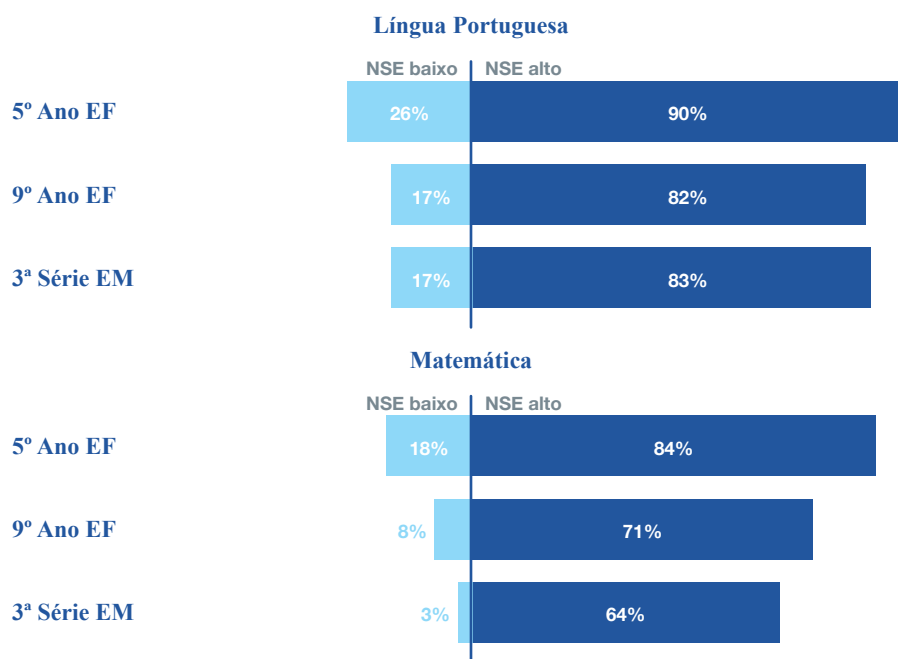
Fonte: IBGE/Pnad Contínua - Educação 2018. Elaboração: Todos Pela Educação.

Essas diferenças permanecem quando são analisados os indicadores de aprendizagem nos diferentes níveis socioeconômicos da população. Enquanto o percentual de alunos com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa nas escolas com Nível Socioeconômico (NSE) alto supera os 80% (tanto no Ensino Fundamental

como no Ensino Médio), nas escolas com NSE baixo eles não chegam a 30%. Em Matemática, o panorama é ainda mais crítico: nas escolas com NSE baixo, o percentual de alunos com aprendizagem adequada é de apenas 3% na 3ª série do Ensino Médio. Esse mesmo índice é de 64% nas escolas com NSE alto (figura 13).

FIGURA 13: DESIGUALDADE NO PERCENTUAL DE ALUNOS COM APRENDIZAGEM ADEQUADA DE ACORDO COM O NÍVEL SOCIOECONÔMICO¹⁸

■ % de alunos com aprendizagem adequada nas escolas com NSE alto
 ■ % de alunos com aprendizagem adequada nas escolas com NSE baixo



Fonte: MEC/Inep/DAEB/Microdados do Saeb. Elaboração: Todos Pela Educação.

Em suma, os dados apresentados reforçam a urgência de avanços a nível nacional na Educação Básica brasileira. Se o País conseguiu, nas últimas décadas, praticamente universalizar o acesso escolar, os estudantes ainda não progredem entre as séries de forma apropriada, não concluem os estudos na idade adequada e, o mais grave, pouquíssimos aprendem o que deveriam.

Esse cenário só poderá ser revertido a partir de políticas formuladas e implementadas de acordo com as evidências e experiências de

sucesso, de forma coerente, conforme proposto no documento do Educação Já!, em 2018.

O que se pergunta agora é: passado o primeiro ano dos novos mandatos dos executivos e legislativos federal e estaduais, há novidades na política educacional brasileira? Seja em âmbito nacional ou subnacional, como estão avançando os temas elencados no Educação Já! como prioritários? E quais as suas perspectivas para 2020? São estes os tópicos abordados na seção a seguir.

18
 Considerou-se com NSE alto o conjunto de estudantes de escolas pertencentes ao "Grupo 6" definido pelo Inep/MEC em sua classificação. Para NSE baixo, considerou-se o "Grupo 1".

3

Acompanhamento das prioridades do Educação Já!

O acompanhamento sistemático de políticas busca subsidiar o debate com análises sobre as escolhas e os rumos definidos pelos agentes decisores

Enquanto o monitoramento de dados de acesso, trajetória e aprendizagem dos estudantes brasileiros contribui para o fortalecimento do senso de urgência e permite aferir se o País está ou não avançando no sentido dos “objetivos-fim” da Educação brasileira, o acompanhamento do avanço de políticas públicas educacionais busca exercer um papel complementar. Seu foco é na avaliação de processos de formulação e implementação de políticas, tendo como objetivo subsidiar o debate público com análises sobre as escolhas e os rumos definidos pelos agentes decisores.

Apresenta-se neste relatório uma análise técnica do Todos Pela Educação sobre o avanço de políticas associadas à agenda do Educação Já!

No âmbito do Educação Já!, tal esforço se legitima, fundamentalmente, a partir de duas características centrais de seu processo de construção. As propostas de políticas públicas que integram o Educação Já! são: (i) informadas pelas evidências e experiências de êxito consolidadas e (ii) fruto de um amplo processo de convergência entre diversos especialistas e renomados profissionais do campo da Educação.

Nesse sentido, apresenta-se, a seguir, uma análise do Todos Pela Educação sobre o avanço de políticas educacionais associadas à agenda de propostas prioritárias do Educação Já!. A avaliação está estruturada conforme as sete temáticas da iniciativa (Governança e Gestão, Financiamento, Base Nacional Comum Curricular, Professores, Primeira Infância, Alfabetização e Ensino Médio) e apresenta, para cada uma delas:

- (i) *os principais destaques positivos de 2019;*
- (ii) *os principais destaques negativos de 2019; e*
- (iii) *as perspectivas para 2020.*

Com base nestas dimensões, e ponderando a relevância dos destaques positivos e negativos para o andamento da agenda, também é apresentada uma avaliação do Todos Pela Educação do “balanço 2019” para cada tema prioritário, cujo conceito final possui cinco classificações:

| | |
|----------|---|
| A | <i>Destaques positivos foram muito mais relevantes e trouxeram avanços significativos à pauta.</i> |
| B | <i>Destaques positivos foram mais relevantes e trouxeram avanços à pauta.</i> |
| C | <i>Destaques positivos e negativos estiveram no mesmo patamar e trouxeram riscos e oportunidades à pauta.</i> |
| D | <i>Destaques negativos foram mais relevantes e trouxeram importantes sinais de alerta.</i> |
| E | <i>Destaques negativos foram muito mais relevantes e trouxeram retrocessos significativos à pauta.</i> |

Ressalta-se que estes conceitos são, necessariamente, subjetivos e buscam sintetizar as principais mensagens deste relatório, indicando a visão do Todos Pela Educação sobre o avanço das políticas em cada tema. Dessa forma, não devem ser entendidos como uma análise rigorosa do impacto das medidas adotadas. Ainda, é importante enfatizar que este é um primeiro esforço de acompanhamento das prioridades do Educação Já!, e será objeto de contínuos aprimoramentos ao longo das próximas edições.

Um quadro resumo dos destaques positivos e negativos é apresentado a seguir, juntamente com o conceito final de cada temática. Em seguida, cada uma das prioridades do Educação Já! tem sua análise aprofundada.

O processo de definição das diretrizes metodológicas teve apoio da FGV-SP. Foram também consultados especialistas e organizações que atuam nos temas destacados

O processo de definição das diretrizes metodológicas deste trabalho teve apoio do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP)¹⁹. Elas incorporam análises que contemplam elementos importantes do monitoramento de políticas públicas, como o andamento das políticas, robustez técnica da formulação, grau de institucionalização e respeito à governança federativa. Além disso, foram consultados especialistas em políticas educacionais e organizações que trabalham diretamente com os temas analisados²⁰, que subsidiaram as análises realizadas.

A partir de uma perspectiva técnica, espera-se que este relatório possa representar mais uma contribuição do Todos Pela Educação para a melhoria da Educação Básica

Espera-se que este relatório possa contribuir para o debate educacional a partir do aprofundamento de discussões técnicas sobre políticas públicas essenciais para a evolução da Educação Básica. Somente longe de diversionismos e com análises informadas pelas evidências e pela literatura é que há chance de o País garantir a todas as crianças e jovens oportunidades educacionais justas e de qualidade.

19
"Pesquisa para monitoramento público de políticas educacionais". FGV EAESP e Todos Pela Educação (2020).

20
A lista de especialistas e organizações pode ser encontrada no início deste documento.

Quadro Resumo: Balanço 2019 do avanço de políticas educacionais

Quadro Resumo: Balanço 2019 do avanço de políticas educacionais

| Prioridade | Destaques Positivos 2019 | Destaques Negativos 2019 | Balanço 2019 |
|--|--|--|--------------|
| I. Reestruturação das regras de governança e melhoria da gestão | <ul style="list-style-type: none"> 👍 Apresentado Projeto de Lei que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE); 👍 Apresentado Projeto de Lei que regulamenta os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs); 👍 Avanços concretos na cooperação entre os entes subnacionais. | <ul style="list-style-type: none"> 👎 Gestão ineficiente do MEC e alta rotatividade nos cargos; 👎 Instância Permanente de Negociação Federativa, criada pelo MEC, não teve deliberação importante até o momento; 👎 Não é visto um amplo movimento em escala de fortalecimento da gestão das Secretarias de Educação. | C |
| II. Financiamento mais redistributivo e indutor de qualidade | <ul style="list-style-type: none"> 👍 Fortalecimento das discussões sobre o Fundeb e convergência entre Câmara e Senado para construção de texto de PEC em conjunto; 👍 Estados alteraram forma de distribuição do ICMS, atrelando a resultados educacionais. | <ul style="list-style-type: none"> 👎 PEC do Fundeb ainda não foi aprovada na Comissão Especial da Câmara; 👎 Ausência do Governo Federal no debate sobre o Fundeb denota falta de prioridade dada ao tema e atrasa tramitação; 👎 Orçamento 2020 do MEC é 8% menor do que o exercício de 2019, em termos reais; 👎 Proposta de unificação do percentual mínimo para gastos em Saúde e Educação. | C |
| III. Efetivação da Base Nacional Comum Curricular nas redes de ensino | <ul style="list-style-type: none"> 👍 Currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (re)construídos a partir da BNCC em todas as UFs; 👍 Continuidade do Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC), por parte do MEC; 👍 Iniciado processo de formação de professores para implementação dos currículos; 👍 Políticas indutoras para a implementação (como PNLD e Saeb) já começaram a ser revisadas e implantadas. | <ul style="list-style-type: none"> 👎 Problemas de gestão no ProBNCC (MEC) prejudicaram as atividades nos Estados; 👎 Processo de adequação ou adoção curricular ainda não está concluído em parte significativa dos Municípios; 👎 Ações de formação do ProBNCC desarticuladas às demais formações das redes; 👎 Ausência de cronograma nacional com marcos essenciais para a implementação nos próximos anos; 👎 Não há previsão quanto à realização de avaliações do processo de implementação dos currículos. | B |
| IV. Profissionalização da carreira e formação docente | <ul style="list-style-type: none"> 👍 Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores aprovadas no Conselho Nacional de Educação (CNE); 👍 Documento com referenciais de competências profissionais construído por Consed e Undime, com participação do MEC. | <ul style="list-style-type: none"> 👎 Apesar de anúncios, o MEC não lançou - de fato - política para atratividade da carreira; 👎 Não houve avanços na melhoria dos instrumentos e indicadores de avaliação da formação inicial docente; 👎 Não existe um movimento significativo nos Estados e Municípios de reformulação das carreiras docentes; 👎 Não avançaram as discussões sobre a redefinição do critério de reajuste do Piso Salarial. | B |
| V. Primeira Infância como agenda intersetorial | <ul style="list-style-type: none"> 👍 Ampliação expressiva do Programa Criança Feliz pelo Ministério da Cidadania; 👍 Avaliações do Saeb passaram a contemplar a Educação Infantil; 👍 Criado, por lei, o Biênio da Primeira Infância e firmado o Pacto Nacional pela Primeira Infância. | <ul style="list-style-type: none"> 👎 Não há estratégia nacional buscando a implementação de políticas intersetoriais; 👎 MEC indicou reformulação do Proinfância, mas não houve ação específica neste sentido; 👎 Não houve avanços para a implementação dos Parâmetros Nacionais de Qualidade, apesar de o MEC ter indicado prioridade ao tema. | C |
| VI. Alfabetização em regime de colaboração | <ul style="list-style-type: none"> 👍 Cinco Estados brasileiros iniciaram programas de Alfabetização em regime de colaboração com os Municípios, inspirados no caso de sucesso do Ceará; 👍 Tema da alfabetização ganhou status de prioridade no MEC, com criação de secretaria específica, lançamento da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e realização da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe). | <ul style="list-style-type: none"> 👎 O Ministério da Educação lançou a PNA, mas ainda com ações pouco detalhadas e sem articulação com os Estados e os Municípios; 👎 Avaliação Nacional de Alfabetização (Saeb 2º Ano) sofreu alterações em seu formato e foi realizada de forma amostral, retirando a possibilidade de análise de resultados em nível municipal. | B |
| VII. Nova proposta de escola no Ensino Médio | <ul style="list-style-type: none"> 👍 Ainda que com atraso, MEC lançou ciclo 1 do ProBNCC – Ensino Médio, repassando recursos para os Estados; 👍 12 Estados e o DF colocaram em consulta pública suas propostas de currículo para o Ensino Médio; 👍 Todos os Estados seguem participando do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) do MEC, que teve continuidade e expansão; 👍 Expansão das escolas de Ensino Médio em tempo integral foi intensificada pelos próprios Estados, para além do fomento do Governo Federal; 👍 O tema Educação Profissional e Tecnológica entrou na agenda do MEC, com o programa Novos Caminhos. | <ul style="list-style-type: none"> 👎 Ações previstas pelo Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (MEC) pouco avançaram; 👎 Problemas de gestão no ProBNCC - Ensino Médio (MEC), com atraso nos repasses e dificuldades no acesso aos recursos; 👎 No EMTI, não há definição de critérios para avaliação de proficiência, falta sistema para prestação de contas e há baixo percentual de recursos executados a nível estadual; 👎 Não houve avanço na revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT); 👎 Houve atraso no lançamento do edital do PNLD, o que pode comprometer a qualidade da entrega dos materiais; 👎 Ainda não há consenso sobre como e quando as avaliações nacionais (Saeb e Enem) serão adaptadas. | C |

I. REESTRUTURAÇÃO DAS REGRAS DE GOVERNANÇA E MELHORIA DA GESTÃO

Resumo da proposta do Educação Já!:

Aprimorar a gestão dos órgãos públicos da Educação e redesenhar a governança entre União, Estados e Municípios, dando mais clareza quanto às atribuições de cada ente e estimulando a pactuação de políticas.

- a. Regulamentar um Sistema Nacional de Educação (SNE) que defina de forma clara as responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na Educação e crie normas para que atuem de forma articulada e conjunta;
- b. Criar mecanismos para incentivar práticas colaborativas entre União, Estados e Municípios;
- c. Apoiar e induzir melhorias de gestão das Secretarias municipais e estaduais de Educação;
- d. Aprimorar a gestão do Ministério da Educação (MEC), promovendo mudanças na estrutura organizacional e na gestão administrativa e orçamentária.

Destaques positivos de 2019

Foi apresentado, no Congresso Nacional, um Projeto de Lei que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE). O projeto busca tornar mais claras as atribuições de cada ente na oferta da Educação e cria instâncias de pactuação federativa;

Foi apresentado, no Congresso Nacional, um Projeto de Lei que regulamenta os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs). O projeto estimula os Municípios a atuarem de forma mais cooperativa, fortalecendo a governança e a gestão da Educação;

Houve avanços concretos na cooperação entre os entes federados, tanto entre Municípios quanto entre Estados e Municípios.



Há certo consenso no debate educacional de que a governança e as regras que definem atribuições, pactuação e colaboração entre os entes da federação brasileira não têm se mostrado suficientes para organizar de maneira efetiva a provisão da Educação Básica. A legislação não garante nem induz a plena articulação entre os entes, é tímida a efetivação pela União de suas funções supletiva, redistributiva e de coordenação nacional e os Estados, salvo raras exceções, não assumem papel de coordenadores e apoiadores dos Municípios em seu território.

Além disso, o País ainda não possui procedimentos formais de pactuação entre os entes federados sobre políticas de natureza estruturante e de impacto em escala. Nesse contexto, entes subnacionais ficam sujeitos ao entendimento do Ministro da Educação que está no cargo, que, recorrentemente, define o grau de centralização e intervenção das políticas à luz de

sua visão particular. Não por acaso, no passado recente, tal cenário tem muitas vezes resultado em sobreposição de esforços e desorganização da provisão em âmbito estadual e municipal.

A forma de responder a grande parte desses desafios é por meio da regulamentação de um Sistema Nacional de Educação (SNE), uma lei com incentivos e normas sobre como deve se dar a articulação e a cooperação entre União, Estados e Municípios. Essa normatização já vem sendo debatida desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, mas, até o momento, o País não logrou concretizá-la. Um passo importante na atual legislatura foi dado nessa direção no início de 2019, com a apresentação do Projeto de Lei (PL) 25/2019.

Em que pese este não ser o primeiro projeto de lei sobre o tema, trata-se, até aqui, do esforço que mais se aproxima ao contexto e desafios apresentados acima. Por exemplo, há importante destaque ao reforço da União como coordenadora do sistema e de seu papel supletivo, redistributivo e de apoio técnico e financeiro aos demais entes. Além disso, na redação atual, é previsto que os Estados tenham seu papel esclarecido em diversos pontos, como na função distributiva e supletiva em relação aos Municípios. Não obstante, o mais notável avanço proposto pelo texto é a instituição de instâncias de pactuação e cooperação entre os entes federados, como a Comissão Tripartite de Pactuação Federativa de âmbito nacional (União, Estados e Municípios) e Comissões Bipartite (Estados e Municípios) de âmbito estadual. Isto posto, e mesmo que ainda exista espaço para aprimoramentos (por exemplo, falta clareza quanto ao papel dos Estados na supervisão da Educação em todo o território estadual), o PL 25/2019 representa avanço promissor para que se enfrente o desafio da governança na Educação.

Outro tema que avançou no Congresso Nacional no âmbito desta temática foi o da colaboração intermunicipal, mais especificamente os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs)²¹. Foi apresentado o PL 5.182/2019, que busca instituir legalmente os ADEs e, assim, possibilitar uma melhor estruturação para o seu desenvolvimento. Ainda não existe lei que regulamente os arranjos, o que traz uma série de desafios (por exemplo, o fato de eles não poderem receber recursos federais). A aprovação deste PL seria, então, um passo importante para facilitar a atuação conjunta entre Municípios.

O Conselho Nacional de Educação também tem se dedicado ao tema

21
Os arranjos permitem que um grupo de Municípios execute atividades de forma conjunta, de modo a permitir ganhos de escala provindos de uma gestão compartilhada.

dos ADEs, por meio da revisão da Resolução nº 1 de 2012, que dispõe sobre normas para a implementação dos arranjos.

Por mais que a construção do arcabouço jurídico e normativo para a consolidação do regime de colaboração ainda esteja em andamento, é importante destacar que 2019 foi um ano positivo em relação à cooperação entre os entes subnacionais. A colaboração entre Estados e Municípios alcançou marcos importantes, como a construção de referenciais curriculares alinhados à BNCC²² e o aumento do número de programas de alfabetização criados em cooperação entre Estados e Municípios²³. Outro ponto relevante é a construção do Guia de Regime de Colaboração Estado-Municípios, elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)²⁴.

No âmbito intermunicipal também há o que se comemorar: observa-se um aumento no número de ADEs²⁵ e houve fortalecimento da Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação, um espaço que une arranjos e consórcios para o compartilhamento de boas práticas. Além disso, o plano apresentado pela diretoria da Undime em seu 17º Fórum Nacional inclui o tema da colaboração intermunicipal como pauta da organização, reforçando a importância deste tipo de estratégia.

Por fim, cabe ressaltar que o documento que estabelece as diretrizes de atuação da atual Secretaria da Educação Básica (SEB) do MEC para o período 2019-2022, denominado Compromisso Nacional pela Educação Básica²⁶, foi também assinado pelo Consed e pela Undime, mostrando, ao menos, disposição de ampliar o grau de pactuação entre as diferentes esferas governamentais.

22

Tema abordado em maior profundidade na seção "Implementação da BNCC".

23

Tema abordado em maior profundidade na seção "Alfabetização".

24

Em parceria com o Movimento Colabora Educação.

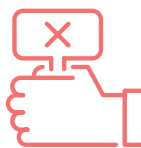
25

Foram 3 ADEs criados em 2019. No total, existem 14 ADEs no País.

26

O Todos Pela Educação elaborou uma análise crítica sobre o Compromisso Nacional pela Educação Básica, disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/Analise-critica-Compromisso-Nacional-pela-Educacao-Basica---Ministerio-da-Educacao>

Destaques negativos de 2019



As recorrentes trocas nos cargos do alto escalão do Ministério da Educação acarretaram em paralisia da gestão, atraso nos repasses de recursos para os entes e baixa capacidade de execução;

O MEC criou uma Instância Permanente de Negociação Federativa, mas, até o presente momento, nenhuma deliberação importante desse órgão foi observada;

Não é visto um amplo movimento em escala de fortalecimento da gestão das Secretarias de Educação.

O ano de 2019 foi marcado por constantes mudanças nos principais cargos de gestão do Ministério da Educação. Analisando apenas a rotatividade de lideranças, tanto do MEC quanto de outros órgãos da estrutura, nove trocas aconteceram no ano: o Ministério teve dois ministros, enquanto o Inep e o FNDE²⁷ tiveram quatro e três presidentes, respectivamente. O único órgão que teve continuidade na gestão durante todo o ano de 2019 foi a Capes²⁸.

As recorrentes alterações no alto escalão do Ministério contribuíram para que o tempo médio de permanência de um servidor comissionado no mesmo setor de um mesmo órgão tenha sido inferior a quatro meses²⁹. Ainda que o número de cargos disponíveis não tenha sofrido alteração, houve um déficit na ocupação de cargos de livre nomeação. A Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep (responsável pela gerência do Enem), por exemplo, ficou cerca de cinco meses sem titular.

A rotatividade na administração direta do MEC e em órgãos vinculados resultou em dificuldades para o desenvolvimento das atividades, na medida em que acarretou na paralisia de tarefas básicas, atraso no repasse de recursos e na baixa capacidade de execução da pasta³⁰. Como ficará evidente ao longo do relatório, esse último ponto é corroborado pelo fato de o MEC ter feito uma série de anúncios durante o ano – muitos deles com potencial promissor – que, até agora, não se concretizaram.

Já no âmbito das discussões sobre a criação de fóruns de articulação formal entre os entes federados, o MEC criou uma Instância Permanente de Negociação Federativa³¹, tal como já havia ocorrido em gestões anteriores, mas nenhuma deliberação importante desse órgão foi observada até o presente momento.

Por fim, no âmbito subnacional, destaca-se que ainda não é visto um amplo movimento em escala de fortalecimento da gestão das Secretarias de Educação, buscando aprimoramentos na capacidade de formulação e implementação de políticas públicas³². Este tema, que envolve medidas como a estruturação de carreiras de gestores públicos educacionais especializados, a seleção técnica baseada em competências, o desenvolvimento profissional dos atuais quadros e avaliações de desempenho, segue praticamente ausente do debate educacional.

27
O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) são autarquias federais vinculadas ao MEC. O Inep tem como missão subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo. O FNDE é responsável pela execução de políticas educacionais do MEC.

28
A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é uma fundação vinculada ao MEC que atua na expansão e consolidação da Pós-Graduação scrito sensu. No início de 2020, o presidente da Capes foi substituído do cargo.

29
Fonte: Relatório de 2019 da Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do MEC (Comex-MEC).

30
Conforme apontado no já mencionado Relatório de 2019 da Comex-MEC.

31
Fonte: <http://pne.mec.gov.br/noticias/276-instancia-permanente-de-negociacao-federativa-da-educacao-nacional-e-institucionalizada>

32
Ainda assim cabe destacar que as redes estaduais do Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo estão promovendo mudanças importantes, em especial no processo de seleção dos Diretores Regionais de Ensino (para que sejam baseadas em competências).

Dados os destaques positivos e negativos apresentados acima, o Todos Pela Educação avalia que o balanço de 2019 para a prioridade “**Governança e Gestão**” teve conceito:

C

Destaques positivos e negativos estiveram no mesmo patamar e trouxeram riscos e oportunidades à pauta.

Perspectivas 2020

Para o tema da governança, as perspectivas para 2020 são razoavelmente positivas, principalmente devido aos avanços recentes da discussão sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação e um certo amadurecimento de atores-chave da Educação sobre a relevância do assunto. Espera-se, assim, que o relatório do PL 25/2019 seja apresentado após a tramitação do Fundeb na Câmara, cuja expectativa de encerramento é ainda no primeiro semestre³³. Importante notar que a própria PEC do Fundeb e sua respectiva lei de regulamentação podem fazer referência às instâncias de pactuação do SNE, fortalecendo essa pauta nas discussões legislativas.

A despeito dessa análise promissora, é importante demarcar que a discussão sobre governança federativa é tema central da chamada “PEC do Pacto Federativo”, matéria legislativa apresentada como prioritária pelo Governo Federal ao fim de 2019 e que tem grandes chances de ser pautada pelo Congresso Nacional em 2020. A PEC, que visa rever uma série de regras orçamentárias com vistas a dar maior flexibilidade aos entes subnacionais e, assim, propor uma nova relação federativa entre os entes, versa muito pouco ou quase nada sobre Educação. Nos únicos trechos em que discorre sobre questões associadas à Educação Básica, o texto aborda o Salário-Educação de maneira superficial e propõe a unificação dos mínimos constitucionais em saúde e educação³⁴. Isto posto, existe o risco de a discussão ignorar, se sobrepor e/ou tornar o debate sobre o tema da governança federativa na Educação ainda mais complexo, o que traz

um ponto de alerta para o avanço da pauta do Sistema Nacional de Educação.

Já em relação à colaboração intermunicipal, a tendência é o que o tema siga ganhando espaço na agenda legislativa e que o número de consórcios e Arranjos de Desenvolvimento da Educação no território brasileiro aumente. A matéria também deve avançar no Congresso Nacional e no Conselho Nacional de Educação, fortalecendo ainda mais a institucionalização desse importante mecanismo para a colaboração e coordenação entre Municípios.

Também há a expectativa de que a colaboração entre Estados e Municípios siga se fortalecendo, na medida em que pactuem mais programas em conjunto. Isso deve seguir, por exemplo, com a progressão da implementação da Base Nacional Comum Curricular, com as políticas de alfabetização em regime de colaboração (lideradas pelos entes subnacionais) e com uma maior articulação entre o Consed e a Undime.

Por outro lado, não está claro se o Governo Federal buscará contribuir para o fortalecimento dessa agenda, mesmo que tenha indicado priorização do tema no Compromisso Nacional pela Educação Básica. Afinal, o movimento promovido pela atual gestão de extinção da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), área responsável pela articulação do Ministério com as redes estaduais e municipais ao longo das últimas gestões, e a migração de suas atribuições para uma diretoria da Secretaria de Educação Básica (SEB)³⁵, deixou dúvidas – ainda não esclarecidas – sobre o real compromisso do Ministério com a pauta.

³³ Tema abordado em maior profundidade na seção “Financiamento”.

³⁴ Tema abordado em maior profundidade na seção “Financiamento”.

³⁵ Diretoria de Apoio às Redes de Educação Básica (Dare)

Já no âmbito da melhoria da gestão das redes, as perspectivas de avanços com impacto nacional são menos promissoras. Embora o tema da eficiência da gestão pública seja assunto recorrente nas discussões sobre melhoria dos serviços públicos de modo geral, seu espaço ainda é tímido no debate educacional e tampouco há indicativos de que o MEC atuará sobre essa agenda. Nesse sentido, avanços significativos do tema, no curto prazo, provavelmente dependerão de induções promovidas por outras políticas, como por um novo Fundeb que associe parte dos repasses financeiros à melhoria dos resultados educacionais e/ou cumprimento de práticas específicas.

II. FINANCIAMENTO MAIS REDISTRIBUTIVO E INDUTOR DE QUALIDADE

Resumo da proposta do Educação Já!:

Realizar alterações nos mecanismos de financiamento da Educação Básica, em especial o Fundeb, tornando-os mais eficientes, redistributivos e indutores de qualidade, visando garantir em todas as redes condições básicas para oferta educacional.

a. Tornar permanente o Fundeb, principal mecanismo de redistribuição de verbas na Educação Básica que se encerra em 2020, e aprimorá-lo, considerando os seguintes eixos:

- Melhorar a redistribuição dentro dos Estados, considerando, além do número de matrículas, o total de recursos disponíveis e o nível socioeconômico dos alunos;
- Direcionar a complementação da União para quem mais precisa, fazendo com que essa verba adicional chegue aos Municípios mais pobres, independentemente do Estado onde estão localizados;
- Ampliar a contribuição da União ao Fundeb de maneira sustentável e gradual, fazendo com que todos os Municípios brasileiros tenham condições básicas para gestão educacional.

b. Aperfeiçoar as demais transferências de recursos do Governo Federal às redes de ensino, tornando-as mais redistributivas e eficazes na melhoria da qualidade da Educação;

c. Aprimorar os mecanismos de repasses financeiros para induzir Estados e Municípios a adotarem melhores políticas educacionais;

d. Introduzir mecanismos de indução da qualidade do ensino via incentivos financeiros e tributários para avanço na aprendizagem.

Destaques positivos de 2019

As discussões sobre o novo Fundeb ganharam ainda mais relevância em 2019 com a intensificação dos trabalhos da Comissão Especial da PEC 15/2015 e na convergência entre Câmara e Senado para construção de um texto em conjunto;

Alguns Estados avançaram em regulamentações de leis que alteram a forma de distribuição do ICMS aos Municípios, atrelando parcela da cota-parte municipal a resultados educacionais.



O principal mecanismo de financiamento da Educação brasileira é o Fundeb, que responde por cerca de metade da verba destinada à Educação Básica³⁶. Embora o Fundo já tenha, atualmente, papel central em reduzir as diferenças nos investimentos por aluno entre as redes públicas do País, o final da sua vigência, em dezembro de 2020, abre uma importante janela de oportunidade para que se torne ainda mais redistributivo.

O Congresso Nacional vem, há cinco anos, debatendo o tema, especialmente a partir da PEC 15/2015 na Câmara dos Deputados. Entre 2017 e 2019, por exemplo, ocorreram mais de 50 audiências públicas para discutir aprimoramentos no Fundeb. Esse contínuo trabalho do Congresso Nacional tem sido essencial para dar robustez técnica e força política para uma reforma educacional que o Brasil precisa com urgência.

O tema ganhou ainda mais relevância em 2019, com a intensificação dos trabalhos da Comissão Especial da PEC 15/2015 e com o acordo entre Câmara e Senado para a construção de um texto em conjunto, buscando maior agilidade na tramitação da matéria³⁷.

Em setembro de 2019, foi apresentada na Câmara dos Deputados uma minuta de relatório para embasar a proposta de Substitutivo para a PEC 15/2015, que foi amplamente discutida nos últimos meses do ano. Já em fevereiro de 2020, apresentou-se um novo relatório com substitutivo à PEC 15/2015, trazendo avanços substanciais para o Novo Fundeb³⁸.

No âmbito subnacional, o principal destaque foi o avanço de alguns Estados na regulamentação de leis que alteram a forma de distribuição do ICMS³⁹ aos Municípios, atrelando parcela da cota-parte municipal a resultados educacionais⁴⁰. Dessa forma, cria-se um incentivo efetivo para que prefeitas e prefeitos priorizem a agenda da aprendizagem na Educação Básica, na medida em que melhores resultados significarão mais recursos às Prefeituras. O Ceará foi o primeiro Estado a adotar essa medida em 2007, que é apontada pelas pesquisas como um pilar fundamental para o avanço nos resultados educacionais com equidade atingidos pelo Estado na última década⁴¹.

36

Para saber mais sobre o Fundeb e como ele pode ser aprimorado, acesse: <https://todospelaeducacao.org.br/pag/educacaoja-financiamento>

37

Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/606516-relatores-na-camara-e-no-senado-unem-esforcos-pela-aprovacao-de-fundeb-permanente/>

38

Uma análise do Todos Pela Educação pode ser encontrada a seguir, quando são apresentadas as perspectivas para 2020.

39

A Constituição determina que 25% do ICMS arrecadado pelos Estados pertence aos Municípios. Destes 25%, três quartos, no mínimo, devem ser distribuídos aos Municípios considerando o valor adicionado fiscal. O restante pode ser distribuído conforme o critério de cada Estado.

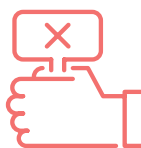
40

Alagoas, Amapá, Pernambuco e Sergipe já aprovaram leis que incorporam a distribuição do ICMS de acordo com o desempenho educacional. Acre, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo já demonstraram interesse em seguir este caminho.

41

Fonte: "Regime de Colaboração no Ceará: Funcionamento, Causas do Sucesso e Alternativas de Disseminação do Modelo". Abrucio, F., Seggatto, C. e Pereira, M.C. 2016.

Destaques negativos de 2019



Por mais que as discussões sobre o novo Fundeb tenham ganhado relevância, a PEC ainda não foi votada na Comissão Especial na Câmara dos Deputados;

A ausência do Governo Federal no debate sobre Fundeb denota a falta de prioridade do tema para o poder Executivo, prejudicando a construção de consensos e atrasando a tramitação;

O orçamento 2020 do MEC está em R\$ 118,2 bilhões, 8% menor em comparação com o exercício de 2019, em valores reais;

A proposta de unificação dos percentuais mínimos constitucionais para gastos em Saúde e Educação, no âmbito da “PEC do Pacto Federativo”, traz riscos de redução nos investimentos.

Por mais que as discussões sobre o Novo Fundeb tenham ganhado relevância em 2019, o fato de a PEC ainda não ter sido votada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados representa um destaque negativo. Ou seja, o primeiro passo de apresentação e votação do Substitutivo da PEC 15/2015 não foi dado. A partir daí, ainda há a votação em Plenário e, posteriormente, discussões e votação no Senado Federal. Além disso, também será necessária a redação, tramitação e aprovação de uma Lei de Regulamentação para o Novo Fundeb nas duas Casas, a ser sancionada posteriormente pela Presidência da República. O fato de todo esse processo ter ficado para 2020, ano do fim da vigência do Fundeb, acende um sinal de alerta para a Educação brasileira e reforça a urgência e prioridade do tema para o ano.

É preciso ressaltar que parte do atraso no processo de aprovação de um novo Fundeb se deve à ausência do Poder Executivo – especialmente do MEC – neste debate. O Ministro praticamente não participou das discussões no âmbito da Comissão Especial da PEC 15/2015 e tampouco se posicionou com clareza sobre o tema⁴².

Mais grave que a ausência nos debates sobre o Fundeb, contudo, é a possibilidade que o Ministério aventou de enviar uma nova PEC ao Congresso em 2020, de modo a reiniciar as discussões que já avançaram em direção a consensos. O Ministro já manifestou essa intenção⁴³, o que configuraria um significativo retrocesso e desrespeito ao trabalho legislativo de anos, colocando ainda mais em risco a aprovação de um novo Fundeb dentro do prazo necessário.

Ainda no âmbito do Ministério da Educação, cabe ressaltar que, em 2019, o MEC teve o menor nível de execução orçamentária desde 2015. Foram efetivamente liquidadas despesas no valor de R\$ 106,2 bilhões, correspondente a 89,8% do orçamento empenhado. Em 2018, em comparação, liquidou-se 94,1% do empenhado⁴⁴. Esse é mais um reflexo de ineficiência na gestão do Ministério.

42

A exceção foram as manifestações do Ministro da Educação se mostrando contrário à minuta do Substitutivo apresentada. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/09/19/mec-retira-apoio-de-proposta-que-preve-fundeb-permanente-com-40percent-de-recursos-da-uniao.ghtml>

43

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-01/mec-enviara-pec-ao-congresso-com-novas-regras-para-o-fundeb>

44

Fonte: Portal Siga Brasil

Ainda em relação ao orçamento, recursos vinculados ao Ministério da Educação estão, pela primeira vez, diretamente condicionados à aprovação pelo Congresso Nacional do crédito suplementar da Regra de Ouro⁴⁵. Caso ele seja aprovado, o orçamento da pasta para 2020 atingiria R\$ 118,2 bilhões, 8% menor em comparação com o exercício de 2019, em valores reais. Nesta redução, os orçamentos do Inep e da Capes tiveram queda real de 34% e 36%, respectivamente. Com menos recursos, é grande a possibilidade de que programas do Ministério sejam descontinuados, além de haver diminuição da verba discricionária da pasta para programas de apoio aos entes subnacionais.

Outro destaque negativo, em 2019, foi a proposta de unificação dos percentuais mínimos constitucionais para gastos em Saúde e Educação, no âmbito da “PEC do Pacto Federativo”. Hoje, a Constituição Federal determina que Estados devem investir pelo menos 25% de sua receita líquida em impostos em Educação (Art. 212) e 12% em Saúde (Art. 198). Já os Municípios devem investir os mesmos 25% em Educação e 15% em Saúde. O texto, enviado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, propõe a unificação destes mínimos. Isso significa que, se a proposta for aprovada, Estados e Municípios passarão a ter que gastar 37% e 40% nas duas áreas, respectivamente, mas sem percentuais mínimos em cada setor. Além disso, o relator da PEC no Senado já sinalizou a intenção de alterar o texto e propor a desvinculação total dos recursos em Saúde e Educação⁴⁶. Ambas as propostas de mudanças, no atual contexto brasileiro, trazem alto risco de redução no investimento feito na Educação Básica.

Dados os destaques positivos e negativos apresentados acima, o Todos Pela Educação avalia que o balanço de 2019 para a prioridade “**Financiamento**” teve conceito:

C

Destaques positivos e negativos estiveram no mesmo patamar e trouxeram riscos e oportunidades à pauta.

45

A “Regra de Ouro” é uma vedação legal que impede que o Governo Federal pague despesas correntes com a emissão de dívidas sem a autorização do Congresso Nacional através de um crédito suplementar.

46

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pacto-federativo-relator-quer-fim-de-gastos-minimos-para-saude-educacao-24181356>

Perspectivas 2020

O ano de 2020 traz a urgência das definições sobre o Novo Fundeb. É essencial que o tema ganhe prioridade na pauta do Congresso Nacional, para que a PEC 15/2015 possa ser aprimorada e aprovada. Além disso, a Lei de Regulamentação do novo desenho do Fundo também deverá ser redigida neste ano. Neste sentido, reforça-se novamente que o relatório com substitutivo à PEC 15/2015, apresentado em fevereiro de 2020, trata-se de um marco importante para a Educação brasileira, com avanços substanciais para o Novo Fundeb (veja box a seguir com a íntegra do posicionamento divulgado pelo Todos Pela Educação no dia 18 de fevereiro). Espera-se que, a partir dele, o Congresso dê prioridade e celeridade ao tema.

Como foi antecipado pelo Ministro da Educação, é possível que o MEC envie uma nova PEC ao Congresso com as suas propostas. Conforme mencionado, essa estratégia traz grandes riscos para a agenda, dificultando ainda mais sua tramitação. Diferentemente do que tem ocorrido, diante de prazos cada vez mais exíguos, o papel do MEC deveria ser o de promover um diálogo com o Congresso, apresentando suas sugestões ao texto e contribuindo para a construção de um consenso que seja capaz de garantir a aprovação de um mecanismo ampliado e mais redistributivo, que observe também a qualidade educacional e respeite a sustentabilidade fiscal.

Outro tema que deve ganhar relevância, em 2020, é o Salário-Educação, uma contribuição social feita pelas empresas que soma cerca de R\$ 20 bilhões anuais. Esse recurso é distribuído pela União em duas cotas: 40% para a cota federal, destinada a programas diversos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁴⁷, e 60% para a cota estadual/municipal, redistribuída para cada Estado na proporção da arrecadação geral e, dentro de cada um, sendo repartida com os Municípios pelo número de matrículas.

A principal proposta que existe de mudanças nos critérios de distribuição do Salário-Educação está na já mencionada PEC 188/2019 no Senado, também conhecida como “PEC do Pacto Federativo”. A proposta visa eliminar da legislação a cota federal, repassando integralmente os recursos aos entes subnacionais por meio da cota estadual/municipal. Em termos de distribuição, a PEC estipula que os recursos serão partilhados integralmente em função do número de alunos nas redes públicas da Educação Básica. Se, por um lado essa nova proposta de distribuição de recursos é mais equitativa, a extinção da cota federal coloca em risco os programas financiados com esse recurso pelo FNDE, como o PDDE, o PNAE, o PNATE e o PNLD⁴⁸. Espera-se que essa discussão ganhe força, em 2020, e abra espaço para o debate de estratégias que tornem o financiamento da Educação Básica mais redistributivo e eficaz.

47
Do total de recursos da cota federal do Salário-Educação previstos na LOA 2019, R\$ 4,2 bilhões são destinados ao PNAE (48%), R\$ 1,9 bilhão ao PDDE (22%), R\$ 1,9 bilhão ao PNLD (21%) e R\$ 720 milhões ao PNATE (8%).

48
PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola; PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar; PNATE: Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar; PNLD: Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

Ainda sobre a “PEC do Pacto Federativo”, as discussões sobre (des)vinculação de recursos na Educação devem ganhar ainda mais força, uma vez que, ao que tudo indica, isso estará na pauta do Governo Federal e do Congresso Nacional, em 2020. Assim, é de fundamental importância que o setor educacional esteja atento ao assunto, uma vez que, a depender do que for aprovado, repercussões relevantes para a área devem surgir.

Por fim, no âmbito estadual, a principal perspectiva para 2020 é que mais Estados aprovem leis que alterem a fórmula de distribuição do ICMS aos Municípios, privilegiando o avanço em resultados educacionais como critério do repasse. Como já citado anteriormente, essa é uma medida que, se combinada com ações de apoio técnico, pode ser um caminho efetivo para incentivar politicamente os Municípios a obterem melhores resultados, uma vez que um desempenho educacional mais elevado passa a se traduzir em mais recursos para a gestão local.

POSICIONAMENTO DO TODOS PELA EDUCAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO APRESENTADO NA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O NOVO FUNDEB, DIVULGADO NO DIA 18.02.2020

Hoje foi apresentado o relatório com substitutivo à PEC 15/2015, sobre o novo FUNDEB.

Trata-se de um marco importante para a Educação brasileira. É produto de um trabalho longo e cuidadoso da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) e dos demais membros da Mesa Diretora da Comissão Especial (CESP), que dialogaram, ao longo dos últimos 3 anos, com dezenas de agentes públicos e atores da sociedade civil atuantes no campo da Educação e das finanças públicas.

É também uma resposta do Congresso Nacional às ameaças do atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub, cuja proposta de “retomar do zero” a discussão sobre o Fundeb colocava em risco a existência do principal pilar de financiamento da Educação Básica brasileira.

O relatório hoje sinaliza, também, para a importante priorização da matéria pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cuja liderança foi essencial pra resolver impasses que haviam se estabelecido na própria Comissão Especial quando da leitura de uma minuta anterior desse relatório, ainda em 2019.

Esse substitutivo é um esforço de concertação política, mas que teve a capacidade de incorporar medidas com alto potencial de impacto na qualidade da Educação. Ele preserva conquistas importantes do Fundeb atual, ao mesmo tempo em que corrige parte de suas distorções. E inova ao propor integrar, à Constituição, a distribuição de recursos federais atrelando-os à adoção de boas práticas e ao desempenho dos alunos e redes de ensino.

Vale destacar as propostas do Todos Pela Educação presentes no substitutivo:

- *A adoção, ainda que parcial, do Valor Aluno Ano Total (VAAT) para o aumento da complementação da União, conceito cuja origem se encontra em estudo de 2015 liderado por Binho Marques, quando Secretário de Articulação dos Sistemas de Ensino, no MEC;*

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO EDUCAÇÃO JÁ!

- *A incorporação de um fator de ponderação derivado das condições socioeconômicas dos alunos, que levará mais recursos para Municípios e escolas mais pobres;*
- *A determinação de considerar um indicador de equalização fiscal na distribuição intraestadual de recursos do Fundeb, tornando assim também o modelo mais redistributivo no interior de cada Unidade da Federação; e*
- *Um aumento gradual e fiscalmente sustentável da complementação da União, com parte dos recursos atuando como indutores de boa gestão educacional, que alia boas práticas com resultados.*

Como sempre defendeu o Todos Pela Educação, o relatório apresentado hoje consegue aliar, numa política de enorme escala e grande potencial de impacto, mais recursos a melhor gestão, sem perder o foco na equidade. Com efeito, ao incorporar as propostas defendidas pelo Todos Pela Educação, o substitutivo torna o Fundeb mais equitativo em três níveis:

- *Nacional (mais recursos da União distribuídos ente a ente considerando o VAAT);*
- *Estadual (equalização fiscal para a repartição dos recursos do fundo dentro de cada Estado) e*
- *Municipal (privilegiando escolas com maior percentual de alunos com maior vulnerabilidade social).*

Assim se supera a falácia, ainda defendida por alguns, de que mais importante seria beneficiar o maior número de matrículas, em detrimento de primeiro garantir que todos os mais vulneráveis sejam prioritária e majoritariamente beneficiados.

Destaques da proposta apresentada hoje na comissão especial do FUNDEB:

- *20% de complementação da União no FUNDEB (aumento de 100%), distribuída da seguinte forma:*
 - 10% no modelo atual (Valor Aluno Ano)
 - 7,5% modelo VAAT;
 - 2,5% para indução de resultados, tendo a adoção de boas práticas como pré-requisito de elegibilidade para recebimento desse valor.
- *Progressividade do aumento: 15% no primeiro ano e aumento de 1%/ano.*

Os membros da Comissão pediram vista coletiva e já são 24 inscritos para a discussão na próxima reunião.

Importante que a PEC seja votada em breve para que haja tempo para a aprovação da Lei de Regulamentação ainda neste ano.

Nesse sentido, o Todos Pela Educação já tem um grupo de trabalho formado por especialistas de diversas organizações discutindo aspectos da lei de regulamentação para o Fundeb.

III. EFETIVAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NAS REDES DE ENSINO

Resumo da proposta do Educação Já!:

Adaptar os currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental à BNCC e, a partir deles, garantir a coerência dos elementos dos sistemas educacionais.

a. A partir da BNCC e da reformulação dos currículos feita pelas redes de ensino, fortalecer os elementos essenciais para a gestão pedagógica, com a construção e a disseminação de:

- Materiais de apoio de qualidade para alunos e professores;
- Programas de formação continuada aos professores;
- Avaliações de aprendizagem atreladas ao currículo;
- Programas de reforço e recuperação bem estruturados.

b. Adaptar as políticas nacionais de natureza pedagógica à BNCC, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), as políticas de disponibilização de recursos digitais e as avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

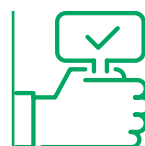
Destaques positivos de 2019

Todos os Estados brasileiros elaboraram currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental orientados pela BNCC, construídos em regime de colaboração com os Municípios;

A continuidade do Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC), por parte do MEC, foi importante para o processo de implementação;

Em colaboração, Estados e Municípios iniciaram o processo de formação de professores para a implementação dos novos currículos;

Políticas indutoras para a implementação da BNCC, como o Programa Nacional do Livro Didático e parte das avaliações externas, começaram a ser revisadas e implementadas à luz do documento.



Política pública central para a melhoria da aprendizagem em escala nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define o que todos os estudantes do Brasil, de redes públicas e particulares, têm o direito de aprender ao longo de sua jornada escolar. Seu processo de construção teve início em 2015 e a parte referente à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental foi homologada em dezembro de 2017.

Concluída a etapa de aprovação da BNCC para essas duas etapas da Educação Básica, deu-se início à fase de implementação, estágio crucial para que a promessa de avanços na qualidade com equidade se tor-

ne realidade. É nesse momento que os currículos das redes de ensino precisam ser (re)construídos à luz da BNCC, os professores em serviço formados para trabalhar os novos currículos em sala de aula, os materiais didáticos adequados para dar apoio às práticas pedagógicas e as avaliações de aprendizagem revistas para permitir o acompanhamento contínuo do desempenho dos estudantes, subsidiando a tomada de decisão dos diferentes atores do sistema.

Neste sentido, o grande destaque, em 2019, foi a aprovação - pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação - dos referenciais curriculares da Educação Infantil e Ensino Fundamental alinhados à BNCC, em todas as Unidades da Federação. Construídos em regime de colaboração entre Estados e Municípios, esses currículos foram objeto de consultas públicas junto às respectivas comunidades escolares. O ProBNCC, programa do MEC de apoio aos Estados e Municípios (lançado em 2018 e que teve continuidade por parte da atual gestão do Ministério), também foi aspecto fundamental para este processo⁴⁹.

Com a etapa de (re)construção e aprovação dos novos currículos finalizada, o passo seguinte do processo de implementação foi iniciado em 2019: a formação continuada dos professores para que integrem as novas competências e habilidades à sua prática pedagógica. Uma tarefa complexa pelos números superlativos do sistema educacional brasileiro: são 1,9 milhão de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Assim, é também ponto de destaque o fato de que Estados e Municípios continuaram a trabalhar em colaboração e com apoio federal, seguindo um cronograma comum de ações coordenadas pelas equipes do ProBNCC em cada território.

As formações continuadas para os novos currículos foram desencadeadas em grande parte das redes do País ainda em 2019. Em números, cabe destacar que 24 Estados iniciaram a formação de formadores⁵⁰ (um total de 76 mil profissionais) e 22 Estados iniciaram a formação de professores⁵¹, que chegou a 70% dos Municípios⁵². A BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental passa a valer nas salas de aula do País a partir de 2020 e o apoio pedagógico efetivo aos docentes se configura como ação fundamental. Afinal, sistemas educacionais do mundo que colheram bons resultados a partir de reformas curriculares foram aqueles que entenderam que quem fundamentalmente implementa a política educacional é quem está em sala de aula.

Outro aspecto fundamental é garantir que os materiais didáticos e as avaliações (formativas e somativas) estejam alinhados à BNCC. Em relação a isso, os editais do PNLD foram alinhados à Base, de forma que os materiais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental chegaram às escolas em 2019 (alinhados à terceira versão da BNCC, uma vez que era essa a versão vigente quando o edital foi publicado). As obras dos Anos Finais do Ensino Fundamental chegaram em 2020.

Além disso, na aplicação do Saeb 2019, as provas de Língua Portuguesa e Matemática, para o 2º ano, e as de Ciências da Natureza e Ciências Humanas, para o 9º ano, utilizaram matrizes de conteúdos já alinhados à BNCC. A aplicação dessas provas, entretanto, ocorreu de forma amostral. Outra novidade foi a participação, também amostral, de turmas de escolas de Educação Infantil, que forneceram informações, por meio de questionários eletrônicos⁵³.

49
O ProBNCC apoiou a composição de equipes gestoras da implementação em cada Unidade da Federação, que foram responsáveis por planejar e executar ações de acordo com um cronograma do programa e o Guia de Implementação da BNCC.

50
Apenas Amazonas, Bahia e Maranhão não iniciaram a formação de multiplicadores até fevereiro de 2020.

51
Apenas Amazonas, Bahia, Maranhão, Paraíba e Rio de Janeiro não iniciaram a formação de professores até fevereiro de 2020.

52
Fonte: Monitoramento realizado por MEC, Consed e Undime.

53
Tema abordado com mais profundidade na seção "Primeira Infância".

Destaques negativos de 2019

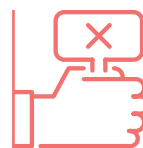
Apesar de o Ministério da Educação ter lançado, em 2019, o ciclo 2 do ProBNCC, a indefinição nos primeiros meses do ano e problemas na gestão do repasse financeiro prejudicaram as atividades nos Estados;

O processo de adequação ou adoção curricular ainda não está concluído em parte significativa dos Municípios;

Na formação dos professores, ações do ProBNCC nem sempre foram integradas com as formações já existentes nas redes, gerando incoerência em alguns Estados;

Apesar da existência de um Guia de Implementação pactuado com Consed, Undime e MEC, falta um cronograma claro que garanta os marcos essenciais para a implementação nos próximos anos;

Não há previsão quanto à realização de avaliações do processo de implementação dos currículos, seja do ponto de vista da qualidade dos documentos curriculares, dos materiais de apoio ou das ações de formação continuada que começam a ser desencadeadas nos Estados.



Apesar de o Ministério da Educação ter lançado, em 2019, o ciclo 2 do ProBNCC⁵⁴, com ênfase na formação continuada de professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, a indefinição nos primeiros meses do ano acabou gerando atrasos no início das atividades de planejamento nos Estados. Além disso, o apoio técnico dado às equipes locais do ProBNCC foi reduzido a apenas um encontro presencial em 2019 (em 2018, foram três)⁵⁵.

Dos R\$ 105 milhões previstos para o ProBNCC, em 2019, R\$ 58 milhões já estavam empenhados (desde 2018), e outros R\$ 30 milhões foram incrementados⁵⁶. Contudo, houve dificuldade de acesso aos recursos e apenas no final do ano todo o montante foi liberado. Mas, a essa altura, o impacto já havia se consumado: o atraso nos repasses afetou o ritmo da implementação pelas redes.

No âmbito das redes, um ponto de atenção é que muitos Municípios ainda não decidiram se irão aderir aos referenciais curriculares estaduais ou se oficializarão seus próprios currículos. Isso mostra que ainda há atraso quanto à primeira etapa de efetivação da Base. Além disso, ainda não há uma avaliação técnica precisa da qualidade dos novos currículos – atributo importante para que o potencial da BNCC se concretize em melhoria da aprendizagem.

Já na formação dos professores, apesar dos avanços promovidos pelas equipes do ProBNCC, ainda falta uma visão clara sobre a coerência da formação em alguns Estados. As ações do programa nem sempre foram integradas com as demais ofertas de formação das redes de ensino e não se criou uma visão de como garantir a chegada do currículo até a sala de aula, de maneira convergente a outros esforços formativos já existentes (tais como escolas e centros de formação). Nessa mesma linha, cabe aqui um importante adendo: sem que tenham clara inspiração nos fato-

54
Informações disponíveis em <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2019-pdf/110411-probncc-2019-lancamento/file>

55
Os momentos presenciais são fundamentais para formar a liderança responsável pela política nas redes de ensino e garantir uma troca efetiva entre gestores nos diferentes níveis: federal, estadual e municipal.

56
Dos R\$ 105 milhões, R\$ 36 milhões serão destinados para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (ciclo 2) e R\$ 69 milhões para o Ensino Médio (ciclo 1).

res críticos de sucesso delimitados pela literatura baseada em evidências⁵⁷, programas de formação continuada para implementação dos currículos pouco ou nada contribuirão para a melhoria da prática pedagógica dos professores. Assim, é essencial o avanço de avaliações de processo que possam informar o poder público e o debate mais qualificado sobre o grau de qualidade das intervenções em andamento.

O bom uso do tempo da formação continuada e a coerência entre as diversas formações será a principal alavanca para garantir que os professores se apropriem dos novos currículos. Entretanto, lacunas no planejamento, falta de qualificação e incentivos para os formadores locais multiplicarem as formações e a ausência de garantia de tempo para que os docentes acessem os momentos formativos (em geral, ofertados de forma opcional) prejudicaram o alcance e a qualidade das formações.

Por fim, é importante mencionar que, apesar de haver um Guia de Implementação da BNCC pactuado com os atores-chave que traça o caminho das principais etapas de implementação, falta um cronograma com prazos claros que garanta o avanço de marcos essenciais para a implementação: continuidade do ProBNCC, alinhamento e aprimoramento do PNLD, revisão das avaliações e alinhamento de outras normas relevantes são alguns deles. As indefinições sobre os prazos de adequação do Saeb de Língua Portuguesa e Matemática para o 5º e 9º ano, por exemplo, acabam gerando dúvidas nas redes de ensino quanto aos seus cronogramas próprios de implementação curricular.

Dados os destaques positivos e negativos apresentados acima, o Todos Pela Educação avalia que o balanço de 2019 para a prioridade “**Base Nacional Comum Curricular**” teve conceito:

B

Destaques positivos foram mais relevantes e trouxeram avanços à pauta.

Perspectivas 2020

O ano de 2020 é de grande relevância para a efetivação da BNCC, uma vez que é neste ano que os objetivos de aprendizagem da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Base devem estar refletidos em todos os currículos locais e em fase inicial de implementação nas escolas. Embora a adaptação curricular a nível estadual já esteja concluída e traga perspectivas positivas, urge a finalização desse processo por todas as redes de ensino municipais, seja aderindo ao currículo estadual ou (re)construindo o currículo da sua própria rede. Reforça-se que este processo deve ser feito com qualidade, para que os novos referenciais possam se traduzir em efetivo apoio pedagógico aos professores e, consequentemente, à efetivação do direito a uma Educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes brasileiros.

57

Todos Pela Educação e Fundação Carlos Chagas. “Formação Continuada de Professores: contribuições da literatura baseada em evidências” (2017). Os cinco fatores de sucesso destacados são: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo a ser trabalhado em sala de aula; uso de métodos ativos de aprendizagem e aplicados a problemas reais do professor; atividades com participação coletiva; duração prolongada; e coerência com demais políticas da rede de ensino.

Ainda no âmbito das redes, o ano de 2020 será também importante para que se continue avançando com a visão e os mecanismos que garantam a coerência dos elementos pedagógicos do sistema educacional local, com centralidade no currículo: concursos, formações, materiais didáticos, projetos pedagógicos das escolas e avaliações formativas e somativas precisam servir ao propósito da aprendizagem dos estudantes. Em relação a isso, uma análise mais precisa de perspectiva esbarra na carência de informações sobre a qualidade do processo de implementação, que, conforme já indicado acima, deveria ser objeto de forte atenção do Ministério da Educação e outros atores-chave que vêm apoiando o avanço da BNCC no Brasil.

No âmbito nacional, é fundamental garantir a continuidade do apoio do MEC, via ProBNCC. Espera-se também a criação de um cronograma com todas as próximas ações relevantes para a implementação dos novos currículos, em alinhamento com o Guia de Implementação já elaborado. Estabelecer e acompanhar a execução desse cronograma é fundamental para dar visibilidade ao que está dando certo, trazer informações para corrigir rumos nas redes e promover a continuidade das ações de implementação. Um dos tópicos mais relevantes e urgentes deste cronograma será sobre os próximos passos das avaliações, consideradas importantes indutoras da implementação da BNCC. Como alinhar avaliações como o Saeb à BNCC, construindo ou adequando matrizes de qualidade? Qual é o prazo ideal para que isso aconteça? A partir de quando essas avaliações devem ser aplicadas nas escolas? Como deve ser a comunicação dos resultados para as redes? Essas perguntas são fundamentais de serem respondidas ainda em 2020 para que a implementação seja mais bem planejada e efetiva.

IV. PROFISSIONALIZAÇÃO DA CARREIRA E FORMAÇÃO DOCENTE

Resumo da proposta do Educação Já!:

Instituir políticas de valorização e profissionalização docente, com abordagem sistêmica que envolva atratividade, formação e melhorias na carreira de professores.

- a. Instituir o Marco Referencial Docente Nacional, que visa definir conhecimentos e competências esperados de todo professor, como forma de nortear as políticas docentes no País;
- b. Elevar a seletividade dos cursos de formação inicial de professores, estabelecendo pontuação mínima no Enem para ingresso nesses cursos;
- c. Estruturar programa nacional de atratividade de alunos com alto desempenho no Enem para ingresso na carreira docente;
- d. A partir das DCNs da Formação Inicial, aprimorar os mecanismos de indução, regulação e avaliação dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas e criar um exame de conclusão para aferir os conhecimentos mínimos para o exercício da docência;
- e. Melhorar a carreira e desenvolvimento profissional dos professores concursados das redes de ensino, aprimorando os concursos de ingresso, o estágio probatório, os planos de carreira, a remuneração, a rotina de trabalho e a formação continuada;
- f. Aprimorar os processos de seleção e formação dos professores temporários das redes de ensino;
- g. Promover melhorias nos processos de seleção, formação e apoio ao trabalho dos gestores escolares.

Destaques positivos de 2019



Foram aprovadas novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores, cujas normas possuem alto potencial indutor de mudanças nos cursos de Pedagogia e demais Licenciaturas;

Consed e Undime construíram, em parceria com o Ministério da Educação, um documento que apresenta referenciais de competências profissionais docentes para nortear reestruturações de carreira e programas de formação continuada.

Uma das mais enfáticas argumentações apresentadas no documento Educação Já! visou reforçar um entendimento cada vez mais consolidado nas pesquisas: o de que são vários os fatores a serem abordados para que se atinja uma efetiva valorização e profissionalização da carreira docente em um sistema educacional. A experiência internacional ensina que, sem políticas consistentes que enfrentem simultaneamente desafios relacionados à atratividade da profissão, à formação inicial e continuada, às estruturas de carreira e às condições de trabalho, dificilmente se observam mudanças significativas na qualidade da prática

pedagógica e, conseqüentemente, na aprendizagem dos alunos. No Brasil, o caminho a ser trilhado é longo. Mas 2019 foi, indiscutivelmente, um ano de avanços importantes para esta agenda.

O principal destaque de 2019, não só para políticas docentes, mas para a Educação como um todo, foi a homologação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica⁵⁸. Este documento, construído e aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, traz um conjunto de normas obrigatórias que orientam a criação e a organização dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas.

Os principais pontos positivos das novas DCNs são: (i) definição de um conjunto inédito de competências profissionais que todo egresso da formação inicial deve ter; (ii) reestruturação da matriz curricular dos cursos, que passarão a ser mais voltados para a prática de ensino e com ênfase no conhecimento pedagógico do conteúdo a ser ensinado; e (iii) restrição, também inédita, ao uso da modalidade de Ensino a Distância (EAD) na parte prática da formação⁵⁹.

Ao se ancorar nas evidências mais recentes sobre a preparação de professores para o exercício da docência, as novas DCNs podem representar o início de uma transformação profunda na formação inicial de professores no Brasil. A partir de agora, a missão está com o MEC e o Inep, que terão de conduzir mudanças nos mecanismos de avaliação e regulação dos cursos de formação inicial docente para dar consequência aos dispositivos da nova resolução, como a adaptação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) à matriz de competências definida.

Outro destaque para a agenda das políticas docentes, em 2019, foi a construção conjunta envolvendo Consed e Undime - com a participação do MEC – de referenciais de competências profissionais docentes para nortear a progressão na carreira e programas de formação continuada nas redes de ensino de todo o Brasil⁶⁰. Ainda que o documento não tenha caráter normativo, o conteúdo já pode servir como orientação e inspiração para que Estados e Municípios realizem mudanças sistêmicas no conjunto de suas políticas docentes. Além disso, existe a possibilidade de o CNE, por meio de um processo de audiências públicas, discutir o teor do documento com o objetivo de torná-lo um instrumento normativo para a formação continuada das redes, desde que homologado pelo MEC.

58

Resolução nº 02/2019 do Conselho Nacional de Educação. A Resolução vigente era a nº 02/2015. Um dos principais motivos para a revisão é que a antiga resolução havia sido construída antes da homologação da BNCC.

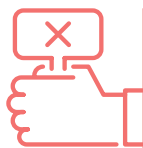
59

Vale citar um importante ponto de atenção no documento aprovado: a diminuição da carga horária dos cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, conhecido como "complementação pedagógica". Essa medida vai na contramão da tônica da Resolução, e exigirá um forte controle de qualidade desse tipo de curso.

60

Fonte: <https://undime.org.br/noticia/28-01-2020-15-53-undime-e-consed-apresentam-ao-cne-proposta-de-referencial-para-formacao-docente->

Destaques negativos de 2019



Apesar de anúncios, o MEC ainda não lançou - de fato - uma política buscando elevar a atratividade dos cursos de formação inicial de professores para alunos de alto desempenho do Ensino Médio;

Não houve avanços nos instrumentos e indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que avaliam os cursos de formação inicial docente e que poderiam ter sido aprimorados mesmo antes das novas DNCs;

Ainda não existe um movimento significativo nos Estados e Municípios de reformulação das carreiras com foco na maior valorização e profissionalização docente;

Não avançaram as discussões a respeito da redefinição do critério de reajuste anual do Piso Nacional do Magistério, matéria de fundamental importância no âmbito do debate sobre o Fundeb.

Em 2019, o Governo Federal anunciou que desencadearia medidas para elevar a atratividade da carreira docente no País, que ainda segue em patamares críticos. Embora a carreira do magistério esteja sob responsabilidade direta de Estados e Municípios, há atribuições do Governo Federal que poderiam impactar diretamente a atratividade do magistério. A definição de uma nota mínima no Enem para entrada em cursos de formação inicial docente (já prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a concessão de bolsas que incentivassem alunos de alto desempenho no Ensino Médio a cursarem Pedagogia ou as demais Licenciaturas são exemplos de iniciativas que estão sob a responsabilidade do MEC e que poderiam ser discutidas como alternativas. No entanto, pouco se avançou nesse sentido.

O próprio Compromisso Nacional pela Educação Básica, lançado pelo MEC em julho de 2019, reconheceu o desafio da atratividade da carreira de professor, mas não trouxe medida específica para superar os atuais obstáculos. O Ministério também apresentou uma proposta na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que consistia no pagamento de bolsas durante a graduação para alunos de alto desempenho no Ensino Médio que optassem por cursar a formação inicial docente⁶¹, mas o desenho dessa política pública não foi anunciado. O MEC também propôs a criação de um grupo de trabalho para discutir políticas voltadas à atratividade e seletividade da carreira, mas seus trabalhos não se iniciaram e não há um cronograma público para tal.

Destaca-se, também, que não houve avanço na busca de aprimoramentos nos indicadores de qualidade e nos instrumentos de regulação dos cursos de formação inicial de professores, movimento que poderia ter sido realizado mesmo antes da aprovação das novas DCNs. Atualmente, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que tem o Inep como responsável direto, não possui instrumentos adequados para avaliar a qualidade dos cursos que formam professores⁶² e a regulação existente é excessivamente permissiva. Esses fatores contribuem para a atual situação da formação inicial de professores no Brasil, na qual 64% dos in-

61
Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministro-da-educacao-estuda-pagar-um-salario-minimo-para-universitarios-que-serao-professores-do-ensino-basico-23667633>

62
Em 2017, o MEC contratou a OCDE para avaliar o Sinaes. O trabalho foi apresentado no relatório "Rethinking Quality Assurance for Higher Education in Brazil". Este documento gerou uma resposta de técnicos do Inep, intitulada "Análise do Documento 'Repensando a Garantia da Qualidade do Ensino Superior no Brasil'". Espera-se que este debate técnico possa levar a ações concretas e específicas de melhorias nos indicadores de qualidade dos cursos de formação de professores.

gressantes em cursos voltados à docência estão matriculados em cursos EaD⁶³, na contramão do que precisaria ser feito para valorizar mais a formação prática do professor e elevar a qualidade dos cursos.

Outra questão crítica, em 2019, foi a ausência de propostas de reformulação nas carreiras docentes pela imensa maioria dos governos estaduais, que, com raras exceções⁶⁴, não aproveitaram a janela de oportunidade do primeiro ano de mandato para debater e propor modernizações. Grande parte das carreiras, no Brasil, ainda apresenta, entre outros problemas, estrutura de progressão que não considera a melhoria da prática pedagógica como critério de progressão, dispersões entre salários que dificultam a elevação da remuneração inicial, contratações com jornadas semanais muito curtas e, até mesmo, leniência com absenteísmo excessivo. Essas são algumas das questões que precisam ser enfrentadas urgentemente, mas que ainda não encontram ressonância junto aos entes subnacionais.

Por fim, chama-se atenção para a discussão sobre o critério de reajuste anual do Piso Nacional do Magistério, que praticamente não foi realizada pelo Congresso Nacional em 2019. Em que pese o entendimento bastante consolidado entre atores-chave do debate de que o Piso é uma conquista importante para a carreira e que, portanto, deve ser mantida, é preciso reconhecer que sua atual regra de reajuste tem gerado pressões fiscais significativas nos Estados e Municípios⁶⁵. Isso, por sua vez, acaba prejudicando discussões mais profundas sobre a viabilidade de propostas que busquem a valorização da carreira docente.

Dados os destaques positivos e negativos apresentados acima, o Todos Pela Educação avalia que o balanço de 2019 para a prioridade **“Professores”** teve conceito:

B

Destaques positivos foram mais relevantes e trouxeram avanços à pauta.

63

Para maiores informações, acesse: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/Com-qualidade-inferior-numero-de-ingressantes-na-formacao-de-professores-a-distancia-dobranos-ultimos-sete-anos>

64

Vale destacar a iniciativa que o Estado de São Paulo vem conduzindo para modernizar a carreira de professores da sua rede pública. A proposta orienta-se pelas evidências mais recentes da literatura e busca uma política de progressão na carreira atrelada à melhoria da prática pedagógica. Para conhecer a posição do Todos Pela Educação sobre a proposta, acesse: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto.uma-necessaria-nova-carreira-de-professores.70003098083>

65

O Piso do Magistério é atualizado, anualmente, pelo mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno do Fundeb (referente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental urbano). Seu crescimento, de 2009 a 2020, foi de 204%, enquanto o salário mínimo aumentou 122% no mesmo período (fonte: “Nota Técnica Undime: Atualização do Piso Salarial Nacional do Magistério Público da Educação Básica – janeiro de 2020”).

Perspectivas 2020

O ano de 2020 deverá trazer importantes debates para as políticas públicas voltadas para a carreira e a formação de professores no País.

Após a aprovação e homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial de professores, há agora uma grande oportunidade para que o Inep comece a ajustar os atuais instrumentos e indicadores do Sinaes - sobretudo o Exame Nacional de Avaliação dos Estudantes (Enade), que em 2020 avaliará os cursos de Pedagogia e Licenciaturas. As DCNs trazem um conjunto de competências profissionais docentes que permite ao Enade mensurar de modo mais adequado o perfil do egresso da formação inicial e, assim, trazer respostas a vários dos problemas atuais de eficácia apresentados no atual sistema de avaliação.

Para que isso ocorra, no entanto, é crucial que o tema seja priorizado pelo MEC, já que o Sinaes é responsável por avaliar todo o Ensino Superior. Até o momento, contudo, não há anúncios nesse sentido. Causam também preocupação as diversas declarações vindas do Ministério de que irá proceder com uma flexibilização/autorregulação do setor privado no Ensino Superior, que forma hoje 72% dos futuros professores brasileiros⁶⁶. Com as novas DCNs, a ênfase deveria estar em “melhorar a regulação” de modo que os instrumentos sejam capazes de garantir a qualidade da oferta, seja ela pública ou privada, conforme os novos parâmetros introduzidos pela novas Diretrizes Nacionais (movimento este que não é, necessariamente, incompatível com simplificações do atual sistema).

Ainda em relação à formação inicial de professores, vale lembrar que restam etapas do trabalho normativo a ser feito pelo Conselho Nacional de Educação no que tange à adequação das Diretrizes Curriculares específicas de Pedagogia e outras Licenciaturas. O CNE ainda não deu clareza sobre como avançará com esse trabalho.

O Conselho Nacional também deverá promover, em 2020, discussões a respeito da formação continuada de professores, a partir do documento de referenciais de competências docentes elaborado por Consed e Undime em 2019. O CNE já indicou que pretende avançar na elaboração de uma nova Resolução sobre o tema, o que seria importante para aferir maior legitimidade ao documento e, conseqüentemente, nortear a atuação das redes públicas de ensino.

Em 2020, as discussões sobre carreira docente também devem se intensificar. São Paulo e Rio Grande do Sul, por exemplo, já apresentaram propostas de reestruturação de suas carreiras do magistério. O resultado dos esforços por parte desses Estados e a crescente presença do tema devido às discussões nacionais sobre reforma das regras do funcionalismo público deverão chamar a atenção de outros governos estaduais e municipais para a urgência e a oportunidade que se apresentam para a introdução de carreiras modernas e mais profissionalizadas.

66

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-09/weintraub-defende-que-universidades-privadas-se-autorregulem>

Igualmente importante será o possível (e esperado) avanço das discussões sobre o Fundeb no Congresso Nacional, que, necessariamente, deverá vir acompanhado de uma revisão dos critérios de reajuste do Piso Nacional do Magistério. Com um Fundeb maior e mais redistributivo (desenho que tem grandes chances de ser aprovado), haverá forte elevação do seu valor anual mínimo por aluno – indicador utilizado para o reajuste do Piso. Isso causaria uma insustentável pressão fiscal nos Estados e Municípios, que passariam a ter menos espaço de manobra para avançar com novas estruturas de carreira que efetivamente busquem a valorização e a profissionalização do magistério.

Quanto à atuação do MEC no âmbito desta temática, ainda não está claro se o Ministério assumirá, de fato, papel protagonista na promoção de políticas públicas voltadas à valorização e profissionalização docente. O Ministério anunciou, em 2019, no Compromisso Nacional pela Educação Básica, os programas “Forma Brasil Docentes – Formação Continuada”⁶⁷ e “Forma Brasil Gestão”⁶⁸, sobre os quais não se tem clareza dos seus objetivos e ações. Considerando a centralidade da matéria, é fundamental um maior envolvimento do Ministério da Educação para o avanço das políticas docentes.

67

O programa “Forma Brasil Docentes – Formação Continuada” se resumiria na construção de trilhas de formação por meio de cursos a distância. Essa medida, além de não estar baseada em evidências de que é um caminho eficaz, vai na contramão do pacto federativo, uma vez que são os Estados e Municípios os responsáveis pela formação continuada dos professores.

68

O programa “Forma Brasil Gestão” consistiria na construção de uma matriz de competências a ser seguida para conferir certificados de excelência a diretores.

V. PRIMEIRA INFÂNCIA COMO AGENDA INTERSETORIAL

Resumo da proposta do Educação Já!:

Estabelecer políticas intersetoriais de Primeira Infância que busquem um atendimento integral e integrado de qualidade às crianças de 0 a 6 anos.

a. Expandir e qualificar a oferta de Educação Infantil, especialmente para famílias mais vulneráveis, buscando atender a demanda por Creche (0 a 3 anos) nos Municípios e ter 100% das crianças de 4 e 5 anos na Pré-Escola; e melhorar a qualidade dos serviços, incluindo a implementação da Base Nacional Comum Curricular para a etapa;

b. Expandir as ações intersetoriais para a Primeira Infância, em especial com serviços de apoio aos pais e responsáveis no cuidado das crianças, com políticas como a ampliação do atendimento às famílias inscritas no Cadastro Único e a definição de parâmetros de qualidade e processos avaliativos para o atendimento e acompanhamento dessas crianças na Educação, na Saúde e na Assistência Social.

Destaques positivos de 2019



Houve ampliação expressiva do Programa Criança Feliz, que alcançou metade dos municípios brasileiros;

As avaliações do Saeb passaram a contemplar a Educação Infantil, mesmo que ainda em caráter de estudo-piloto;

Foi criado, por lei, o Biênio da Primeira Infância (2020-2021) e, no âmbito do Judiciário, firmado o Pacto Nacional pela Primeira Infância - iniciativas que podem ampliar o senso de prioridade do tema.

Não são poucas as evidências científicas que retratam de maneira contundente o impacto da Primeira Infância na trajetória escolar e na vida futura de uma criança. Não por acaso, o tema vem ganhando importante força no debate público brasileiro. Mas, apesar de um entendimento cada vez mais presente de que o bom atendimento na Primeira Infância requer políticas públicas advindas de diferentes setores (Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Lazer etc.), de modo geral ainda faltam estratégias intersetoriais consistentes voltadas para a promoção de um desenvolvimento infantil de qualidade no Brasil. E, por mais que o ano de 2019 não tenha sido de grandes avanços nesse sentido, houve destaques no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Como uma das principais novidades positivas, pode-se citar a ampliação do Programa Criança Feliz, liderado pelo Ministério da Cidadania⁶⁹. Em que pese o fato de o programa ainda estar passando por uma avaliação de impacto⁷⁰, as visitas familiares podem ser importante instrumento de Educação parental.

69

O Programa se desenvolve por meio de visitas domiciliares, buscando apoiar e acompanhar as crianças e suas famílias no desenvolvimento infantil na Primeira Infância.

70

Fonte: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2019/setembro/ministerio-capacita-entrevistadores-sobre-avaliacao-de-impacto-do-programa-crianca-feliz>

No último ano, o programa alcançou 2.787 Municípios brasileiros e atendeu mais de 850 mil crianças e gestantes⁷¹. Dessa forma, nota-se que é uma iniciativa do Governo Federal que, em parceria com Estados e Municípios, já tem alta abrangência nacional. Se continuada e aprimorada ao longo do tempo, pode ser uma importante estratégia para a Primeira Infância no Brasil.

Abordando especificamente a Educação Infantil, destaca-se que, em 2019, as avaliações do Saeb passaram a contemplar esta etapa pela primeira vez, com aplicação de questionários para professores, diretores e gestores das secretarias⁷². Isso é um importante passo nas discussões sobre a qualidade do atendimento nas Creches e Pré-Escolas, ainda que a avaliação realizada tenha mensurado apenas recursos e insumos disponíveis. É fundamental que este debate evolua no Brasil, uma vez que avaliações sobre a qualidade dos serviços e sobre o desenvolvimento infantil formam um pilar essencial da garantia de políticas públicas de qualidade para esta etapa.

No Poder Legislativo, foi promulgada a Lei 13.960/2019, criando o Biênio da Primeira Infância (2020-2021), com o objetivo de incen-

tivar ações do poder público que busquem informar a sociedade sobre a importância do desenvolvimento nos primeiros anos de vida. Esta medida, por mais que não tenha concretude em termos de política pública, deverá colaborar para que o tema seja mais debatido a nível nacional.

Por último, vale mencionar que o Poder Judiciário também apresentou medidas que sinalizam para a importância da pauta da Primeira Infância no âmbito de sua atuação. Uma delas foi a decisão do Supremo Tribunal Federal de destinar para a Educação Infantil e para o Programa Criança Feliz 47% da multa paga pela Petrobras às autoridades brasileiras (R\$1,25 bilhão), após acordo da empresa junto aos Estados Unidos⁷³. Além disso, foi firmado o Pacto Nacional pela Primeira Infância, criado no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Pacto tem o objetivo de fortalecer as instituições públicas voltadas à garantia dos direitos da criança e foi assinado por diversas instituições de ampla relevância⁷⁴. Acredita-se que esta ação pode elevar a priorização política da agenda da Primeira Infância nos próximos anos no País.

Destaques negativos de 2019

Ainda não se vê uma estratégia nacional buscando a implementação de políticas intersetoriais para o atendimento às crianças de 0 a 6 anos;

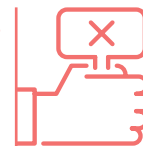
O Ministério da Educação indicou que faria uma reestruturação do Proinfância, mas ainda não houve ação específica neste sentido;

Não houve avanços para a implementação dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, apesar de o tema ter sido elencado como prioridade no Compromisso Nacional pela Educação Básica.

Apesar de o tema da Primeira Infância ter apresentado alguns avanços, ainda não se vê uma estratégia nacional buscando a implementação de políticas intersetoriais para o atendimento às crianças de 0 a 6 anos. No Governo Federal, os programas e ações ainda são realizados de maneira apartada por cada órgão (por exemplo, MEC, Ministério da Saúde e Ministério da Cidadania) e não há um direcio-

namento efetivo sobre o que deve ser feito em relação às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil.

Na Educação, os avanços no acesso e na qualidade das Creches e Pré-Escolas seguem partindo de casos pontuais a nível subnacional, sem apoio federal. Quanto ao acesso, dimensão ainda crítica na Educação Infantil, o Mi-



71

Fonte: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/dezembro/municipios-sao-homenageados-por-boas-praticas-com-o-crianca-feliz>

72

Nota Técnica nº 10/2019/CGIM/DAEB – Inep/MEC. A iniciativa ainda tem caráter 'piloto' e os dados não serão divulgados.

73

Fonte: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/09/17/fundo-de-r-266-bilhoes-da-petrobras-relembre-como-foi-criado-e-saiba-para-onde-vai-o-dinheiro-apos-decisao-do-stf.ghtml>

74

Entre as quais estão: Câmara dos Deputados, Senado Federal, TCU, CGU, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Segurança Pública e OAB.

nistério da Educação indicou que faria uma reestruturação do Proinfância⁷⁵, mas ainda não houve ação específica neste sentido. E apenas apoiar a construção de Creches e a aquisição de equipamentos está longe do que precisa ser feito para que haja expansão do atendimento no Brasil. Seria importante oferecer orientações e apoio para que os Municípios aprimorem o diagnóstico e a gestão da demanda local, definam critérios de priorização do atendimento e estabeleçam ações locais de expansão da oferta (via

creches públicas ou conveniadas).

Sobre ações focadas na promoção da qualidade da Educação Infantil, também não houve avanços, por parte do Governo Federal, para a implementação dos Parâmetros Nacionais de Qualidade (revisos e divulgados pelo Ministério da Educação no fim de 2018), apesar de o tema também ter sido elencado como prioridade no Compromisso Nacional pela Educação Básica.

Dados os destaques positivos e negativos apresentados acima, o Todos Pela Educação avalia que o balanço de 2019 para a prioridade “**Primeira Infância**” teve conceito:

| | |
|----------|--|
| C | Destaques positivos e negativos estiveram no mesmo patamar e trouxeram riscos e oportunidades à pauta. |
|----------|--|

Perspectivas 2020

Em 2020, a agenda da Primeira Infância deve ganhar força no debate nacional, especialmente após a aprovação do Biênio da Primeira Infância e do Pacto Nacional pela Primeira Infância. É essencial que estas iniciativas, ainda de caráter simbólico, se traduzam em medidas concretas de políticas públicas. No entanto, ainda não há perspectivas de que o País tenha um esforço realmente intersetorial e de caráter nacional em prol das crianças brasileiras.

No Governo Federal, o Programa Criança Feliz deve continuar se expandindo, com meta de chegar a 2 milhões de famílias atendidas⁷⁶. Espera-se que a expansão seja acompanhada de melhorias de qualidade nas visitas familiares, além de ser baseada nas avaliações de impacto atualmente em curso.

Há, também, a perspectiva de um grande programa federal de *vouchers* para Creches, anunciado pelo Ministro da Economia no fim de 2019⁷⁷. No entanto, é importante ressaltar que a literatura aponta que não há consenso teórico sobre a efetividade de programas de *vouchers*, além de não haver respaldo empírico suficiente para que se faça desta iniciativa

a principal estratégia do governo⁷⁸. Outras ações por parte do Governo Federal são muito mais relevantes no atual momento, como o apoio técnico aos entes subnacionais para a expansão do acesso e melhorias de qualidade nas Creches e Pré-Escolas, além do desenvolvimento de um sistema de avaliações robustas para a etapa (sem o qual há grandes chances de o programa de *vouchers* elevar a oferta do atendimento, mas sem atenção à qualidade).

Quanto a Estados e Municípios, as iniciativas pela Primeira Infância devem seguir sendo experiências isoladas. Mas vale ressaltar que, em 2020, a maioria das redes de ensino estarão focadas na implementação da BNCC, movimento que pode servir de importante alavanca para melhorar a qualidade da oferta na Educação Infantil. Além disso, as eleições municipais devem pautar diversas discussões a respeito do tema, diretamente relacionado com a gestão pública dos Municípios. Espera-se, assim, que os debates eleitorais e os compromissos políticos atribuam à agenda da Primeira Infância o importante destaque que merece.

75
O Proinfância é um programa do Governo Federal que apoia os Municípios na construção de creches e pré-escolas, além da aquisição de mobiliário e equipamentos. Relatório da CGU apontou baixa eficácia e falhas de planejamento do programa (<https://www.cgu.gov.br/noticias/2018/03/proinfancia-tem-baixa-eficacia-e-falhas-de-planejamento-aponta-cgu>). Esta medida consta no Compromisso Nacional pela Educação Básica.

76
Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/01/prefeituras-podem-aderir-ao-programa-crianca-feliz>

77
Fonte: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2019/12/guedes-quer-criar-voucher-de-matricula-em-creches-para-criancas-mais-pobres.html>

78
Em Audiência Pública da Câmara dos Deputados com o tema “Escolas conveniadas e Vale-Educação com recursos do Fundeb”, o Todos Pela Educação levou sua análise sobre o assunto: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/noticias/audiencia-publica-dia-07-11-19-sobre-o-tema-escolas-conveniadas-e-vale-educacao-com-recursos-do-fundeb>

VI. ALFABETIZAÇÃO EM REGIME DE COLABORAÇÃO

Resumo da proposta do Educação Já!:

Instituir programas de alfabetização em que Estados estabeleçam estratégias coordenadas e colaborativas junto aos Municípios, buscando fortalecer ações pedagógicas específicas para o processo de alfabetização.

a. Com inspiração no caso do Ceará, expandir a estratégia do Regime de Colaboração entre governos estaduais e municipais, observando os seguintes fatores:

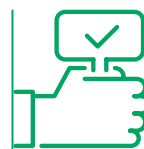
- Fortalecimento pedagógico: articulação entre currículo, avaliação, material didático e formação para dar foco à alfabetização;
- Avaliação e Monitoramento: realização de avaliação diagnóstica censitária e estruturação do monitoramento do programa;
- Cooperação e incentivos: constituição de estruturas de cooperação entre Estado e Municípios, com implementação de mecanismos de incentivos focados na melhoria da aprendizagem;
- Governança participativa: estruturação de governança com participação de poder de decisão de diferentes instâncias;
- Engajamento pelo diálogo: implementação de estratégias de divulgação e visibilidade do programa;
- Compromisso técnico e político: pleno envolvimento e comprometimento do governador e dos prefeitos;
- Desenho e legitimidade: elaboração de planejamento dos programas e garantias de viabilidade dos recursos.

Destaques positivos de 2019

Inspirados no caso de sucesso do Ceará, cinco Estados brasileiros lançaram programas de alfabetização em Regime de Colaboração com os Municípios, evidenciando o aumento da prioridade do tema na pauta de governadores, prefeitos e secretários;

No âmbito federal, o tema ganhou *status de prioridade* no MEC, com a criação de uma secretaria específica para alfabetização, o lançamento da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e a realização da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe).

O ano de 2019 foi marcado pelo aumento da atenção direcionada ao tema da alfabetização no País. Importantes avanços em relação às políticas de alfabetização aconteceram em diversos Estados brasileiros. Além do Ceará, que deu continuidade às ações do PAIC⁷⁹ (programa de já comprovado sucesso), outros cinco Estados lançaram programas que se inspiram no caso cearense, tendo como ponto central a cooperação entre os governos estaduais e municipais nas ações de alfabetização. Foram eles: Amapá, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco e Sergipe⁸⁰.



79

O PAIC é o Programa de Alfabetização na Idade Certa, lançado em maio de 2007. Com o PAIC, o Ideb do Ensino Fundamental – Anos Iniciais da rede pública do Ceará foi de 2,8, em 2005, para 6,1, em 2017, sendo o Estado que apresentou o maior crescimento no índice.

80

Amapá: Programa Criança Alfabetizada - <https://seed.portal.ap.gov.br/noticia/0212/governo-lanca-crianca-alfabetizada-progrma-de-aprendizagem-na-idade-certa>

Espírito Santo: Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo - <https://sedu.es.gov.br/paes>

Paraná: Programa Educa Juntos - <http://www.educacao.pr.gov.br/EducaJuntos>

Pernambuco: Programa Criança Alfabetizada <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=36&art=5101>

Sergipe: Programa Alfabetizar pra Valer - <http://seed.se.gov.br/alfabetizarpravaler/>

Essa estratégia de colaboração entre Estado e Municípios parte do importante reconhecimento de que os governos estaduais podem ter um papel relevante no apoio técnico e financeiro aos Municípios, mesmo quando não são os responsáveis diretos pela alfabetização. Além disso, demonstra a centralidade e a força que a agenda da alfabetização ganhou nos Estados, observada pelo compromisso público dos atores políticos estaduais e municipais com o avanço da aprendizagem nessa etapa da escolarização.

Os programas lançados em 2019 nos Estados, em regime de colaboração com os Municípios, foram criados a partir dos contextos e necessidades locais⁸¹, mas todos se estruturam sobre fatores críticos de sucesso sistematizados a partir da experiência cearense, com conquistas importantes já no primeiro ano de implementação⁸². São eles:

1. Fortalecimento pedagógico: articulação entre currículo, avaliação, material didático e formação com foco no processo de alfabetização. Todos os Estados oferecerão, por exemplo, material didático complementar sem custo para os Municípios;
2. Avaliação e Monitoramento: realização de avaliação diagnóstica censitária de fluência, escrita e leitura para alunos de 2º ano e estruturação do monitoramento do programa nos Estados. Os cinco Estados já realizaram avaliação de fluência para todos os alunos de todas as escolas dos Municípios parceiros. Essas avaliações já estão pautando o desenho das formações de professores;
3. Cooperação e incentivos: constituição de estruturas de cooperação entre Estado e Municípios, com implementação de mecanismos de incentivos focados na melhoria da aprendizagem (cota-parte municipal do ICMS atrelada a resultados de Educação⁸³, premiações, bolsas). Dos cinco Estados mencionados acima, três já aprovaram a mudança na lei do ICMS: Amapá, Sergipe e Pernambuco. No Espírito Santo, esse processo está em curso, e o Estado pretende aprovar a mudança

até o final de 2020. Já o Paraná não avançou na mudança legislativa, mas criou um prêmio para Secretarias Municipais de Educação. Outro destaque nesse pilar é a alta adesão dos Municípios aos programas em todos os Estados – em média, de 96%;

4. Governança participativa: estruturação de governança com participação de poder de decisão de diferentes instâncias (estadual, regional e municipal). Cabe destacar que a Undime tem tido papel central nessa frente em todos os Estados;
5. Engajamento pelo diálogo: implementação de estratégias de divulgação e visibilidade do programa, com fortalecimento das lideranças locais e publicização dos resultados. Os eventos de lançamento dos programas, em 2019, reuniram mais de 7 mil pessoas, gerando amplo engajamento e senso de urgência nos prefeitos;
6. Compromisso técnico e político: pleno envolvimento e comprometimento do governador do Estado e dos prefeitos dos Municípios nas ações do programa de alfabetização;
7. Desenho e legitimidade: elaboração de planejamento dos programas e garantias de viabilidade dos recursos.

No âmbito federal, vale ressaltar que o tema ganhou *status de* prioridade, com a inclusão de meta sobre o tema no Plano de 100 Dias de Governo (que, no entanto, não foi cumprida)⁸⁴, a criação de uma Secretaria exclusiva para alfabetização na estrutura do Ministério da Educação (Sealf)⁸⁵ e o lançamento da Política Nacional de Alfabetização (PNA). A PNA foi seguida pela publicação do Caderno da PNA⁸⁶ e pela Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe)⁸⁷. A publicação e o evento foram importantes acontecimentos, que discutiram evidências científicas de alta relevância para o debate educacional.

81
Esses programas também têm em comum o fato de serem apoiados pela Fundação Lemann, Instituto Natura e contarem com o suporte especializado da Associação Bem Comum.

82
Fonte: "Regime de Colaboração no Ceará: Funcionamento, Causas do Sucesso e Alternativas de Disseminação do Modelo". Abrucio, F., Seggatto, C. e Pereira, M.C. 2016.

83
Tema foi explorado, em detalhes, na seção "Financiamento".

84
A meta divulgada foi: "Alfabetização Acima de Tudo: lançamento de um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização, com a proposição de método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas." Fonte: BRASIL. Casa Civil. Metas Nacionais Prioritárias – Agenda de 100 dias de Governo.

85
A Sealf foi instituída por meio do Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019.

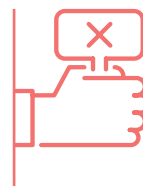
86
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf

87
A Conabe 2019 foi realizada entre os dias 22 e 25 de outubro de 2019, com o tema "A Política Nacional de Alfabetização e o estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia".

Destaques negativos de 2019

O Ministério da Educação lançou a Política Nacional de Alfabetização (PNA), mas ainda com ações pouco detalhadas e sem articulação com os Estados e os Municípios;

A Avaliação Nacional de Alfabetização (Saeb 2º Ano) sofreu alterações em seu formato e foi realizada de forma amostral em 2019, retirando a possibilidade de análise de resultados em nível municipal.



Como mencionado anteriormente, o Governo Federal deu sinais de priorização da alfabetização em 2019 com a inclusão de meta sobre o tema no Plano de 100 Dias de Governo, a criação de uma secretaria exclusiva para alfabetização na estrutura do Ministério da Educação e o lançamento da PNA – seguida do Caderno da PNA e da Conabe. Entretanto, nenhuma dessas medidas foi capaz de estabelecer qualquer estratégia de implementação dos princípios e diretrizes apresentados. Em fevereiro de 2020, foi lançado, no âmbito da PNA, o Programa Tempo de Aprender⁸⁸, mas ainda com ações pouco detalhadas e, ainda mais crítico, sem ter sido construído em articulação com Estados e Municípios. Segue então indefinido como a PNA será executada, como efetivamente se pretende alcançar as escolas municipais e estaduais e, principalmente, como se dará a coordenação junto aos governos estaduais e municipais, de modo a evitar erros cometidos por gestões anteriores no âmbito desta mesma temática. Essa preocupação já foi, inclusive, externada pelo Consed e pela Undime após terem conhecido as diretrizes do Programa⁸⁹.

Causa estranheza, também, a desarticulação existente entre a PNA e a Base Nacional Comum Curricular, assim como entre a Secretaria de Alfabetização (Sealf) e a Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC. Por exemplo, o Compromisso Nacional pela Educação Básica, organizado pela SEB, sequer citou o tema da alfabetização. Ademais, a SEB deu continuidade ao Programa Mais Alfabetização (PMAIfa), lançado em 2018, ainda que de forma desestruturada, restringindo e atrasando o repasse das parcelas de execução do programa^{90,91}.

Por fim, outra ação de 2019 que merece destaque negativo foi a mudança na Avaliação Nacional de Alfabetização no âmbito do Saeb. A avaliação, que inicialmente estava prevista para ser realizada de forma censitária (com todos os alunos de 2º ano do Ensino Fundamental), foi executada apenas de forma amostral. Por conta disso, não haverá divulgação de resultados por escolas ou por Municípios - os resultados serão apenas a nível estadual. Isso acaba prejudicando a utilização da avaliação para a formulação das políticas educacionais, uma vez que as redes municipais são responsáveis por 83%⁹² das matrículas da rede pública nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil.

Dados os destaques positivos e negativos apresentados acima, o Todos Pela Educação avalia que o balanço de 2019 para a prioridade “**Alfabetização**” teve conceito:

B

Destaques positivos foram mais relevantes e trouxeram avanços à pauta.

88

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=85721>

89

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/secretarios-de-educacao-criticam-falta-de-dialogo-sobre-nova-politica-de-alfabetizacao-do-mec.shtml>

90

Fonte: Relatório de 2019 da Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação (MEC), bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico (Comex).

91

O Decreto nº 10.195/2019 ajustou a estrutura do MEC e as competências de cada Secretaria. Espera-se que este movimento possa aprimorar a articulação entre SEB e Sealf.

92

Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica, 2018.

Perspectivas 2020

De modo geral, há perspectivas positivas para o avanço da pauta de alfabetização nos entes subnacionais. Mais Estados brasileiros já indicaram que pretendem avançar na implementação de programas de alfabetização em regime de colaboração com os Municípios⁹³. Ademais, os Estados que já implementam essas ações devem dar continuidade a seus programas. Assim, é possível que, no ano de 2020, o Brasil já tenha 11 programas de colaboração entre Estados e Municípios voltados para a alfabetização, atingindo 2,2 milhões de alunos de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental nas redes públicas (48% do total das matrículas), o que demonstra a relevância dessa estratégia no País.

Além disso, 2020 é um ano de eleições municipais e a pauta da alfabetização deve ganhar força na agenda de prefeitos de todo o País. É de extrema importância que o tema seja debatido de forma efetiva durante as campanhas e que os governantes eleitos entendam o impacto que al-

fabetizar as crianças plenamente e na idade certa pode trazer.

Já no âmbito federal as perspectivas são mais incertas, dado que ainda se aguarda o detalhamento quanto à estratégia de implementação da PNA. Por hora, o que está definido pelo MEC é a adesão do Brasil ao PIRLS (*Progress in International Reading Literacy Study*), teste internacional que avalia a capacidade de leitura e compreensão de textos e que será aplicado de forma amostral para alunos do 4º ano das redes públicas e privadas⁹⁴. Se bem estruturada e se, de fato, seguir a máxima ecoada pelo Governo Federal de “Mais Brasil, Menos Brasília” – ou seja, evitar sobreposições ou intervenções desarticuladas com os esforços dos Estados e Municípios –, a PNA poderá contribuir para o avanço de uma agenda absolutamente central para que se mude o cenário da Educação nos próximos anos.

VII. NOVA PROPOSTA DE ESCOLA NO ENSINO MÉDIO

Resumo da proposta do Educação Já!:

À luz das definições trazidas pela lei do Novo Ensino Médio, reestruturar a oferta da etapa no Brasil, buscando tornar as escolas mais atrativas para os jovens e avançar nos índices de aprendizagem dos alunos.

- a. Implementar as mudanças estabelecidas para o Ensino Médio em todas as escolas, contemplando a extensão da carga horária e um currículo mais diversificado, que estimule a interdisciplinaridade;
- b. Expandir e aprimorar as escolas de Ensino Médio em tempo integral, viabilizando uma escola mais atrativa aos jovens e com melhores resultados de aprendizagem dos alunos;
- c. Expandir e aprimorar a oferta da formação técnica e profissional no Ensino Médio, de maneira mais articulada com o mercado de trabalho;
- d. Adaptar políticas nacionais de natureza pedagógica ao Novo Ensino Médio, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

93

Tais como Alagoas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí e São Paulo.

94

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52551>

Destaques positivos de 2019

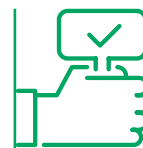
Ainda que com atraso, o MEC lançou o ciclo 1 do ProBNCC para o Ensino Médio, repassando recursos para os Estados (re)elaborarem seus documentos curriculares;

12 Estados e o Distrito Federal colocaram em consulta pública suas propostas de currículo para o Ensino Médio;

Todos os Estados seguem participando do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), do MEC, que teve continuidade em 2019 e nova rodada de expansão do número de escolas;

O processo de expansão das escolas de Ensino Médio em tempo integral também foi intensificado pelos próprios Estados, para além do fomento do Governo Federal;

O tema Educação Profissional e Tecnológica entrou na agenda programática do MEC, se tornando uma política chamada Novos Caminhos, a ser implementada em 2020.



A reforma do Ensino Médio, iniciada em 2017 com a publicação da Lei nº 13.415, lançou as bases de um esforço inédito que visa promover mudanças estruturantes no que é considerada a etapa mais crítica da Educação Básica brasileira. Proporcional ao seu grau de ambição, a reforma trouxe consigo um enorme desafio de implementação para as redes de ensino e escolas brasileiras. Assim, frente à complexidade apresentada, é possível destacar alguns avanços obtidos em 2019.

No que se refere à (re)elaboração dos novos currículos, uma das etapas do processo de implementação, 12 Estados⁹⁵ e o Distrito Federal disponibilizaram para consulta pública suas propostas curriculares para o Ensino Médio. Esse esforço, no entanto, ainda está muito focado na seção da Formação Geral Básica, que deve corresponder a, no máximo, 1.800 horas da carga horária da etapa⁹⁶ e ter como base a BNCC. Em apenas cinco Estados⁹⁷ e no Distrito Federal, a proposta de currículo em consulta pública contempla, também, os itinerários formativos.

No atual ritmo, o processo de adequação dos currículos ao novo modelo deverá ser concluído em todos os Estados em 2020, com a entrega dos documentos para normatização pelos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação e a posterior homologação pelas Secretarias. Para dar maior sustentação financeira e técnica a esse processo, foi essencial o lançamento pelo MEC, em abril de 2019, do ciclo 1 do ProBNCC para o Ensino Médio, com o repasse de R\$ 61 milhões para os Estados iniciarem a revisão ou elaboração dos currículos. Outros R\$ 8 milhões foram destinados para o pagamento de bolsas a 27 técnicos de cada Secretaria envolvidos no processo.

Vale mencionar, também, a produção de uma série de materiais de apoio⁹⁸, liderada pela Frente de Currículo e Novo Ensino Médio do Consed. Eles foram construídos para concretizar a discussão com técnicos das Secretarias e conselheiros de Educação e servem de referências essenciais para as mudanças a serem conduzidas por esses atores nos Estados⁹⁹. A Frente também realizou dois encontros formativos em 2019, para que houvesse maior sinergia na (re)elaboração dos currículos.

95
Acre, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina e Sergipe.

96
Pela legislação, todas as escolas deverão oferecer, até 2022, pelo menos 3.000 horas de carga horária para o Ensino Médio.

97
Amapá, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Roraima.

98
Para mais detalhes, acesse: <http://www.consed.org.br/consed/gt-ensino-medio/documentos-do-ensino-medio>

99
Essa Frente também promoveu encontros formativos entre técnicos das Secretarias de Educação. Já o MEC realizou web-conferências periódicas, ajudando a manter o tema na agenda.

Outro ponto positivo na temática de Ensino Médio, sendo inclusive um dos principais destaques da Educação Básica em 2019, foi o avanço das escolas de Ensino Médio em tempo integral. Apesar de o ano ter marcado um novo ciclo de gestão governamental nos Estados e na União, todas as 27 Unidades da Federação deram continuidade à participação no programa de fomento do Governo Federal, denominado EMTI¹⁰⁰, com 1.027 escolas e 294 mil estudantes beneficiados pela política¹⁰¹. Entre os Estados, é importante notar que a expansão foi além do número de escolas apoiadas pelo EMTI e que a grande maioria possui algum marco legal regulamentando o modelo, contribuindo para que se torne uma política perene nos territórios.

Ainda sobre o EMTI, foi positivo que o MEC tenha anunciado – mesmo que com atraso¹⁰² - uma nova rodada de expansão do número de escolas. É importante mencionar que foi mantido o critério de focalização da política às escolas de maior vulnerabilidade socioeconômica, continuando com seu viés de equidade de oportunidades. Praticamente todos os Estados aderiram à nova expansão, totalizando 412 novas escolas e 41.130 novas matrículas¹⁰³ em 2020. Algumas Unidades da Federação, conforme já indicado acima, têm desencadeado por iniciativa própria um plano mais robusto de expansão¹⁰⁴, demonstrando patrocínio político ao modelo que tem no aumento da carga horária fator de viabilização de um modelo pedagógico moderno e com forte ênfase ao protagonismo dos jovens.

Mais um tema que avançou, em 2019, foi o da Educação Profissional e Tecnológica, com o lançamento do programa Novos Caminhos – a ser implementado a partir de 2020. Seu objetivo, segundo o MEC, é elevar em 80% o total de matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional, alcançando 3,4 milhões de matrículas até 2023¹⁰⁵. Há previsão de capacitação de 42 mil professores e gestores escolares para fortalecimento da implementação do itinerário de formação técnica e profissional nas redes públicas de ensino, em articulação com o novo modelo do Ensino Médio. Considerando que a maior parte das matrículas de ensino técnico de nível médio se concentra nas redes estaduais¹⁰⁶, é importante que o Governo Federal lance mão de apoio que efetivamente ajude os Estados na implementação desse itinerário, integrando-o ao Ensino Médio. Entretanto, apesar do lançamento do programa, ainda não há clareza sobre o plano de ação que será posto em prática para alcançar a expansão almejada.

100

O EMTI – Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral foi lançado pelo Governo Federal no fim de 2016 com vistas a apoiar a implementação da proposta pedagógica de tempo integral em escolas das redes públicas.

101

De acordo com balanço divulgado pelo MEC disponível em: <http://portal.mec.gov.br/images/Balanco-MEC-2019.pdf>

102

A portaria MEC no 2.116/2019 foi publicada em dezembro. Houve, portanto, curto espaço de tempo para as redes de ensino conciliarem um planejamento adequado para expansão da política com outras atividades que lhes são inerentes.

103

Conforme divulgado em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85291.

104

Pernambuco, Paraíba e Ceará são exemplos que já possuem reflexos concretos dessa expansão, sendo Estados com alta proporção de matrículas em escolas públicas de Ensino Médio em Tempo Integral.

105

Para saber mais, consulte: <http://portal.mec.gov.br/novoscaminhos/conheca-o-programa/index.html>

106

Cerca de 725 mil matrículas, representando 39% do total de matrículas da Educação Básica de nível médio.

Destaques negativos de 2019

As ações previstas pelo Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, do MEC, pouco avançaram, enfraquecendo os esforços de apoio aos Estados;

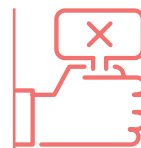
Com relação ao ProBNCC, houve atraso no pagamento de bolsas e dificuldade, por parte dos Estados, em acessar os recursos voltados ao Ensino Médio. Eventos presenciais para formação das equipes de currículo também não ocorreram;

Quanto ao EMTI, não avançou a definição do parâmetro a ser utilizado na avaliação de proficiência e o processo de prestação de contas continua crítico. Há também baixo percentual de recursos executados a nível estadual;

Sobre a Educação Profissional e Tecnológica, não houve avanço claro na revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a modalidade à luz do Novo Ensino Médio em 2019;

Houve atraso no lançamento do edital 2021 do PNLD (Ensino Médio), reduzindo o prazo para elaboração dos materiais, o que pode comprometer a qualidade da entrega;

Ainda não há consenso sobre como e quando as avaliações nacionais (Saeb e Enem) serão adequadas ao novo modelo de Ensino Médio. Além disso, os erros na correção na prova do Enem 2019 colocaram em risco a credibilidade do exame.



A falta de protagonismo do Ministério da Educação na coordenação da implementação do Novo Ensino Médio tem contribuído para a ausência de avanços mais robustos e concretos na agenda. Uma série de ações que viabilizaria apoio às redes de ensino - como estudos diagnósticos e apoio na elaboração de planos de implementação - pouco avançaram em 2019, conferindo risco alto à qualidade do desenho da política e à construção de capacidade institucional de implementação¹⁰⁷.

Embora tenha lançado o ciclo 1 do ProBNCC - Ensino Médio, em abril de 2019, o MEC atrasou o pagamento de bolsas e Estados tiveram dificuldades em acessar os recursos via Plano de Ações Articuladas (PAR), que poderiam ser utilizados para o processo de (re)elaboração curricular.

Há, também, a nível federal, ausência significativa de ações concretas que promovam o engajamento entre atores-chave do processo, bem como ações de comunicação, esclarecimentos e participação social. A título de exemplo, cita-se a ausência de fóruns presenciais para troca de experiências entre os redatores curriculares das redes.

Nesse contexto, observa-se que o avanço já mencionado na (re)elaboração dos currículos pelos Estados merece importante atenção. Apenas 13 Unidades da Federação já colocaram seus documentos em consulta pública e a maioria ainda não ouviu a sociedade sobre suas propostas para os itinerários formativos (o objetivo do ciclo 1 do ProBNCC era que todos os estados e o Distrito Federal (re)elaborassem seus currículos de Ensino Médio e o enviassem para os respectivos Conselhos de Educação ainda em 2019). Além disso, permanece o desafio de elaborar os planos de implementação. É importante que as iniciativas sejam aceleradas e contem com o envolvimento ativo dos Conselhos de Educação, garan-

107

De acordo com o documento "Situação da implementação e relatório dos resultados", elaborado pelo Banco Mundial, a classificação geral de implementação é "moderadamente insatisfatória".

tindo que as regulamentações necessárias sejam pactuadas ao longo do processo. Ainda, é fundamental que seja criado um cronograma nacional, pactuado entre os atores-chave, com marcos claros e expectativas para implementação.

Especificamente sobre o programa EMTI, apesar de novas diretrizes terem sido publicadas, não avançou a definição do parâmetro a ser utilizado na avaliação de proficiência das escolas participantes do programa¹⁰⁸ em 2019. Outro aspecto que continua crítico é o processo de prestação de contas, uma vez que ainda não foi disponibilizado sistema para que ela seja feita pelas Secretarias de Educação. E, no âmbito dos Estados, apesar de o apoio financeiro federal ter sido mantido, é ainda preocupante o baixo percentual de recursos executados¹⁰⁹, limitando as potencialidades do programa.

Sobre a Educação Profissional e Tecnológica, não houve avanço claro na revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a modalidade em 2019, à luz das mudanças introduzidas pelo Novo Ensino Médio. A indefinição sobre essa normativa contribui para um avanço aquém do desejado da pauta nos sistemas

de ensino e da articulação da formação técnica e profissional com a parte de formação geral básica dos novos currículos.

No que se refere às políticas nacionais de natureza pedagógica, o atraso ocorrido no lançamento do edital do PNLD 2021 (Ensino Médio) reduziu o prazo disponível para autores e editoras elaborarem os materiais, o que pode comprometer a qualidade da entrega¹¹⁰. Ademais, o atraso na (re)elaboração curricular nos Estados afeta, por sua vez, a clareza sobre o que se pode demandar dos recursos didáticos voltados aos itinerários formativos, inovação central do novo modelo.

Em sentido similar, é importante destacar que ainda não há consenso sobre como e quando as avaliações nacionais do Saeb e do Enem serão adequadas ao novo modelo de Ensino Médio. Isso é visto pelas redes estaduais como um grande empecilho para a adaptação curricular, uma vez que é preocupação de todos que os currículos estejam bem alinhados a essas avaliações nacionais. Por fim, os erros na correção na prova do Enem 2019 colocaram em risco a credibilidade do exame.

Dados os destaques positivos e negativos apresentados acima, o Todos Pela Educação avalia que o balanço de 2019 para a prioridade “Ensino Médio” teve conceito:

| | |
|----------|--|
| C | Destaques positivos e negativos estiveram no mesmo patamar e trouxeram riscos e oportunidades à pauta. |
|----------|--|

Perspectivas 2020

As perspectivas para 2020 na estruturação de um novo Ensino Médio acendem um sinal de alerta. Por um lado, a manutenção do tema na agenda política mantém o senso de urgência para o cumprimento das etapas necessárias. Por outro, verifica-se a necessidade de se construir um cronograma nacional da implementação, pactuado entre os atores-chave,

com acompanhamento periódico e que possa servir de bússola para todo o processo.

Neste sentido, a falta de coordenação efetiva do processo a nível federal pode ter efeitos altamente comprometedores. No curto prazo, a implementação de novas propostas pedagógicas em escolas-piloto - são 3.708 unidades públicas, segundo o MEC, que começarão a

108
Há apenas a sinalização de que a melhoria da proficiência deve utilizar como critério a nota média padronizada que compõe o Ideb.

109
Consideraram-se os recursos executados como aqueles efetivamente pagos pelas Secretarias Estaduais de Educação. Com base em extratos do sistema Sigef do FNDE (<https://www.fnede.gov.br/sigefweb/index.php/extratos>), estimou-se que dos R\$ 539 milhões repassados para a implementação do programa em 2019, 34% foram executados no ano.

110
O edital do programa foi lançado apenas em dezembro de 2019. A boa notícia é que as obras deverão vir alinhadas à BNCC e ao Novo Ensino Médio.

implementar seus planos de flexibilização curricular em 2020 - pode ser afetada pela ausência de mecanismos de acompanhamento e controle de qualidade. Isto é, desafios experimentados por essas escolas deixariam de inspirar a melhoria da implementação nas demais unidades. No médio prazo, a ausência de canais e espaços que viabilizem a comunicação, mobilização e controle social do processo alimentam a desinformação entre os atores envolvidos na mudança.

Diante desse cenário, o papel ativo do Consed será ainda mais importante em 2020, conferindo ritmo e sustentação mínima para o avanço do novo modelo. Afinal, é o ano em que se espera que os currículos e os planos de implementação fiquem prontos para o início gradual da implementação em 2021. Alguns Estados têm conduzido processos ativos de escuta e diálogo com a sociedade, que poderiam ser replicados por outras redes.

Ademais, é fundamental para o processo a continuidade no pagamento de bolsas federais, via ProBNCC. Também é essencial a disponibilização de consultorias técnicas, via Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, para dar suporte às redes no desafio de montar planos de implementação factíveis e com qualidade.

Outro ator essencial são os Conselhos Estaduais e Distrital de Educação, a quem caberá normatizar uma série de questões em colaboração com as Secretarias e as representações das instituições privadas de cada território. A articulação desses Conselhos para a construção das regulamentações pode ser um caminho adotado para dar mais unidade à diversidade de maneiras de ofertar o Ensino Médio.

Quanto ao avanço do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), as perspectivas são positivas. Apesar da troca de gestão em várias Unidades da Federação em 2019, todas deram

continuidade à sua participação no programa, tendo a maioria inclusive ampliado o número de escolas participantes. Sendo 2020 o quarto ano de implementação do EMTI, é de se esperar que as equipes colham frutos da maturidade processual da política nos territórios. Além disso, é premente que avancem mudanças que visem acelerar o percentual de uso de recursos pelas redes de ensino. A possibilidade de descentralização financeira às escolas¹¹¹ - ainda que parcialmente - pode ser um caminho a ser explorado.

Especificamente sobre a Educação Profissional e Tecnológica, é importante que os Estados sigam com a elaboração de arquitetura curricular que contemple a oferta de itinerários da formação técnica e profissional, ampliando a perspectiva de matrículas na modalidade. O panorama sobre isso ainda é incerto, especialmente diante da complexidade do tema e da necessidade de celeridade na discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais da modalidade, pelo Conselho Nacional de Educação. Ademais, é esperado que o MEC dê perspectivas mais claras sobre o Programa Novos Caminhos, que, se bem estruturado e implementado, pode ser um importante indutor.

No que se refere ao PNLD, as perspectivas para 2020 são desafiadoras. Há um prazo curto para o cumprimento de todas as etapas necessárias à aquisição, além de pouca clareza sobre o planejamento para a aquisição dos materiais associados aos itinerários formativos a nível nacional.

Por último, quanto às políticas nacionais de avaliação, espera-se que, em 2020, o MEC e o Inep possam dar visibilidade aos Estados quanto à adaptação do Saeb e do Enem ao Novo Ensino Médio. Essa é uma ação crucial para as redes públicas e privadas do País, sem a qual dificilmente haverá avanços mais concretos da pauta.

4

Outros temas relevantes no atual contexto

Finalizada a análise dos pontos positivos, negativos e perspectivas para as principais políticas educacionais associadas às sete temáticas prioritárias do Educação Já!, expõe-se a seguir uma breve descrição e avaliação de outras pautas que ganharam relevância no debate educacional nacional em 2019. Serão abordados os temas: Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, Conectividade nas escolas e Programa Educação em Prática.

4.1 Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) é uma das iniciativas que mais recebeu destaque do Governo Federal na Educação Básica

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) é uma das iniciativas que mais recebeu destaque do Governo Federal na Educação Básica. Ele consiste em um programa do Ministério da Educação, em conjunto com o Ministério da Defesa, que propõe a implementação de 216 escolas cívico-militares, até 2023, sendo 54 escolas por ano. Conforme indicado pelo próprio Governo Federal, o programa tem por objetivo “melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e se baseia no alto nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares”¹¹².

O programa promoverá a incorporação de militares da reserva das Forças Armadas no quadro dessas escolas, como um apoio à gestão (que ainda não está claro como se dará). Os militares serão chamados pelo Ministério da Defesa e, segundo o MEC, policiais e bombeiros da ativa poderão atuar, caso assim seja definido pelos governos estaduais.

O Ministério da Educação já selecionou as 54 escolas para 2020, que estão em 23 Unidades da Federação¹¹³. No total, serão destinados R\$ 54 milhões para a implementação do programa (R\$ 1 milhão por escola), sendo que mais da metade desse valor será repassado ao Ministério da Defesa para pagamento dos militares¹¹⁴.

Sem respaldo da literatura baseada em evidências, o programa é muito mais uma ação ligada às bandeiras políticas do Governo Federal do que uma tentativa de enfrentar os reais desafios nacionais

Conforme o Todos Pela Educação manifestou reiteradamente ao longo de 2019¹¹⁵, trata-se de um programa sem qualquer respaldo da literatura baseada em evidências. Diferentemente de tantas outras políticas, como inclusive algumas apontadas no próprio Compromisso Nacional pela Educação Básica, o programa se ancora em paralelos equivocados com as escolas militares tradicionais, que possuem características que não serão replicadas pelo modelo cívico-militar (processo de seleção, nível socioeconômico dos alunos elevado e investimento médio por aluno muito superior à média, por exemplo). Trata-se, portanto, da utilização de recursos públicos para tentar beneficiar um conjunto muito pequeno de estudantes, sem indícios de que haverá

112

Fonte: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/18-o-programa>

113

Fonte: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/72-saiba-quais-sao-as-54-escolas-que-receberao-o-modelo-civico-militar-do-mec>

114

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/mais-da-metade-do-orcamento-de-escolas-civico-militares-em-2020-vai-pagar-oficiais-da-reserva.shtml>

115

Por exemplo, em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/10/24/escolas-civico-militares-tem-base-em-argumento-enganoso-diz-especialista.htm> e <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/escolas-civico-militares-errovies-ou-o-que.shtml>

melhoria na oferta educacional das escolas. Assim, a iniciativa parece mais uma ação educacional ligada às bandeiras políticas do Governo Federal do que uma tentativa séria de elevar a qualidade e a equidade da Educação Básica brasileira.

4.2 Conectividade nas escolas

Criado em 2017, o Programa Inovação Educação Conectada tem por objetivo universalizar o acesso à internet nas escolas, além de desenvolver recursos educacionais digitais e formação pedagógica para a incorporação da tecnologia no ambiente escolar¹¹⁶. Em 2019, o Ministério da Educação anunciou ampliação do programa, com investimentos de R\$ 82,6 milhões para a expansão do atendimento. Com isso, serão mais de 47 mil escolas urbanas atendidas, correspondendo a 56% do total¹¹⁷.

O programa, fruto de uma das estratégias do Plano Nacional de Educação, ganhou relevância e o projeto de lei (PL 9.165/2017, do Poder Executivo), que tramitava na Câmara dos Deputados para instituir a política, foi aprovado. Em 2020, o projeto seguirá em tramitação no Senado e, se aprovado, aumentará o grau de institucionalização do programa que já está em andamento, dando a ele mais legitimidade e respaldo.

Além disso, ainda sobre a conectividade nas escolas, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei (PL 1.481/2007, do Senado), que permite o uso de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para a ampliação da banda larga em escolas públicas¹¹⁸. Devido às mudanças propostas pela Câmara, a proposta retorna ao Senado para nova votação, que deve ocorrer em 2020.

Apesar de representar avanços importantes para garantir conectividade nas escolas, é preciso lembrar que o Brasil ainda enfrenta problemas em termos de infraestrutura escolar básica, que também devem ser equacionados. Mas, certamente, o avanço da tecnologia nas escolas é um passo fundamental para um ambiente escolar mais conectado com a realidade do século XXI, com o mercado de trabalho e com os interesses dos jovens. Além disso, se bem utilizadas pelos professores, as novas tecnologias – que muitas vezes só se viabilizam por meio do acesso à internet – podem servir de importante ferramenta para apoiar a melhoria da prática pedagógica.

O Programa Inovação Educação Conectada tem por objetivo universalizar o acesso à internet nas escolas

Se bem utilizadas pelos professores, as novas tecnologias podem servir de importante ferramenta para apoiar a melhoria da prática pedagógica

116

Fonte: <http://educacaocnectada.mec.gov.br>

117

Fonte: <https://www.fnede.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/13156-mec-expande-educa%C3%A7%C3%A3o-conectada-e-oferece-internet-para-mais-24,5-mil-escolas>

118

O Fust arrecada R\$ 1 bilhão anualmente e já tem acumulados R\$ 21,8 bilhões, mas praticamente não foi utilizado para investimentos no setor de telecomunicações. O projeto ainda diz que "na aplicação dos recursos do Fust será obrigatório dotar todas as escolas públicas brasileiras, em especial as situadas fora da zona urbana, de acesso à internet em banda larga, em velocidades adequadas, até 2024".

4.3 Programa Educação em Prática

Lançado pelo Ministério da Educação, em novembro de 2019, o programa Educação em Prática incentiva Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, a abrirem seus espaços para estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A ideia é que os jovens possam se inserir no ambiente universitário e as instituições disponibilizem conteúdos, professores e espaços físicos, como laboratórios de Ciências, Física e Robótica¹¹⁹.

Ainda não há diretriz clara de como se dará o programa Educação em Prática

Apesar de ter como objetivo integrar a Educação Básica ao Ensino Superior, ainda não há diretriz clara de como se dará essa iniciativa. Por exemplo, há dúvidas sobre como será a integração do que será trabalhado nas IES e os currículos das redes públicas de ensino.

Preocupa o fato de as Instituições de Ensino Superior que aderirem terem bônus em suas avaliações de desempenho

Ainda mais importante: preocupa o fato de que as Instituições de Ensino Superior que aderirem ao programa terão um bônus em suas avaliações de desempenho (modelo que ainda será definido pelo Inep, em 2020). Conforme apontado pelo Todos Pela Educação quando do anúncio do programa¹²⁰, disponibilizar recursos aos alunos da Educação Básica não deveria ser uma variável para se avaliar o grau de qualidade da instituição, já que isso pode camuflar as ineficiências e a baixa qualidade dos cursos.

119

Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82221

120

Fonte: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/07/oferecer-atividade-para-ensino-basico-pode-melhorar-nota-de-faculdade.ghtml>

5

Resumo final e posicionamento do Todos Pela Educação

Em tempos de radicalização política no Brasil e em grande parte do mundo, o debate público sobre o desempenho governamental em qualquer área tem, recorrentemente, se tornado refém de um ambiente ávido por polêmicas e repleto de informações turvas. Isso dificulta a capacidade dos cidadãos de avaliarem concretamente o que de fato acontece e qual o significado atribuído a esses acontecimentos.

Diante desse contexto e considerando a natureza técnica e suprapartidária do presente relatório, a tentativa de resumir o ano de 2019 para a Educação Básica brasileira requer um olhar por partes e que se atenha, exclusivamente, aos dados e acontecimentos registrados ao longo do ano.

Uma análise do desempenho do MEC mostra a incapacidade da atual gestão de organizar e conduzir uma agenda para enfrentar os múltiplos desafios que urgem serem confrontados

Pela lente das realizações (e não realizações) promovidas pelo Ministério da Educação, é praticamente impossível não aferir ao período um saldo negativo. Mesmo considerando a continuidade dada a alguns programas importantes e lampejos promissores advindos do Executivo Federal (e expressos neste relatório), uma análise objetiva dos fatos e do desempenho do MEC ao longo do ano mostra uma enorme incapacidade da atual gestão de organizar e conduzir uma agenda para enfrentar os múltiplos desafios que precisam ser confrontados. A gestão do Ministério parece ainda não ter compreendido o papel estratégico que a União pode ter na Educação Básica, e insiste em despender esforços em ações e programas isolados e de alcance limitado. Ainda, segue disseminando um diagnóstico equivocado de que o problema da Educação se resume à doutrinação ou à prevalência de alguma ideologia, ou mesmo à influência de algum educador. Esse diversionismo tem atrasado a atuação do Ministério no que realmente pode fazer a diferença.

Somam-se a isso as inúmeras controvérsias lideradas, em sua maioria, pelo atual Ministro da Educação. Sua postura truculenta e desrespeitosa, associada a um nítido despreparo para administrar uma missão altamente complexa, não só tem enfraquecido institucionalmente o Ministério como tem, também, minado sua legitimidade para promover a tão necessária articulação e mobilização dos atores implementadores nos Estados e Municípios.

Com efeito, tal crítica à atual gestão da Educação no Governo Federal não exime governos anteriores da responsabilidade pelo preocupante cenário que ainda persiste em escala nacional. Muito pelo contrário: diversos desafios herdados pelo atual governo também não foram adequadamente respondidos pelas gestões passadas.

Não obstante, cabe o reforço de que não estamos diante de um quadro de “terra arrasada”. Conforme elucidado na parte introdutória deste documento, há avanços importantes em indicadores-chave e há medidas que encontram respaldo nas evidências que foram introduzidas pelas últimas gestões do Ministério da Educação. Ademais, tomando como ponto de partida as evidências e experiências de êxito no Brasil e no mundo, o elevado grau de consenso entre inúmeros atores educacionais apresenta uma oportunidade ímpar para promover mudanças estruturantes que, até aqui, vem sendo desperdiçada pelo atual Governo Federal.

Os avanços promovidos por outros atores (que não o MEC) atribui a 2019 um saldo geral mais próximo de uma análise positiva do que negativa

Em contraposição à avaliação unicamente sob o ponto de vista da atuação do MEC, a análise sobre os avanços promovidos por outros agentes governamentais ao longo de 2019 atribui ao período uma outra perspectiva. Como apontado pelo “Balanço 2019” de cada temática prioritária do Educação Já! (ver Quadro Resumo apresentado), o saldo geral do ano está mais próximo de uma análise positiva do que negativa.

A PRINCIPAL MENSAGEM É: A DESPEITO DO MEC, A EDUCAÇÃO BÁSICA CAMINHOU PARA FRENTE, AINDA QUE A PASSOS BEM MAIS LENTOS DO QUE O CENÁRIO ATUAL EXIGE

Nessa linha, quatro acontecimentos específicos associados aos temas do Educação Já!, que foram mencionados ao longo do relatório, merecem destaque como pontos altos: (i) a aprovação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores pelo Conselho Nacional de Educação; (ii) a conclusão da etapa de construção de novos currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental orientados pela BNC; (iii) o início de um processo de replicação da experiência de sucesso cearense no campo da alfabetização capitaneado pelos entes subnacionais e (iv) a contínua expansão das escolas de Ensino Médio em tempo integral, especialmente pela liderança dos Estados, mesmo em um ano de alto risco de descontinuidade devido ao início de ciclos políticos. Em que pese a importante decisão do MEC em dar continuidade a programas de fomento iniciado por gestões anteriores e relacionados ao segundo e quarto pontos, os quatro avanços exemplificam como o ano de 2019 foi um período em que outros atores – que não o Ministério da Educação – assumiram relevante protagonismo.

O balanço geral, mesmo que positivo, não deve ser motivo de comemorações

Ainda assim, o balanço geral, mesmo que positivo, não deve ser motivo de comemorações. Os avanços ainda são consideravelmente tímidos frente aos enormes e complexos desafios da Educação Básica (descritos resumidamente neste documento), mostrando o quão longe o País está de conseguir estabelecer, de forma coerente e sistêmica, uma estratégia capaz de resolvê-los. Posto de outra forma, a principal mensagem deste relatório pode ser sintetizada em uma frase: a despeito do MEC, a Educação Básica brasileira caminhou para frente em 2019, ainda que a passos bem mais lentos do que o cenário exige.

RESUMO FINAL E POSICIONAMENTO DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Quanto a 2020, as perspectivas apontadas em cada uma das seções apresentadas evidenciam, naturalmente, inúmeros desafios e riscos. O principal exemplo deles diz respeito à implementação do Novo Ensino Médio. Conforme já elucidado, apesar de esforços empreendidos por diversos Estados e contribuições do Consed para a pauta, a ausência do Governo Federal na coordenação e apoio ao processo contribui fortemente para que esta medida específica receba o mais forte sinal de alerta entre todas as políticas abordadas no documento.

Por outro lado, no entanto, as análises apontam em maior proporção para um amplo rol de oportunidades. Por exemplo, duas pautas atualmente lideradas pelo Congresso Nacional - Novo Fundeb e Sistema Nacional de Educação – são altamente estruturantes e ganham força com um renovado esforço legislativo para impulsionar a pauta da Educação Básica. Mais ainda: como já evidenciado, não pode ser menosprezado o fato de que a efetivação de mudanças significativas na Educação brasileira reside, em boa parte, na capacidade do País em dar sequência a políticas e discussões já em andamento (tais como a implementação da BNCC, a revisão dos instrumentos de avaliação e regulação da formação inicial de professores, a reformulação de carreiras docentes, as políticas de alfabetização e a implementação do Novo Ensino Médio). Se bem aproveitadas em 2020, são oportunidades que poderão sinalizar, de maneira muito mais contundente do que em 2019, para um futuro definitivamente promissor.

O Todos Pela Educação continuará atuando para que isso se torne realidade. A hora é agora. Educação Já!

Há inúmeros desafios e riscos para 2020. O principal diz respeito à implementação do Novo Ensino Médio

Há muitas oportunidades que, se aproveitadas, podem sinalizar para um futuro promissor, como o Novo Fundeb e o Sistema Nacional de Educação. A hora é agora!



CONHEÇA O
EDUCAÇÃO JÁ! ▶



 TODOSPELAEDUCACAO.ORG.BR

 [/TODOSEDUCACAO](https://www.facebook.com/TODOSEDUCACAO)

 [@TODOSEDUCACAO](https://twitter.com/TODOSEDUCACAO)

 [@TODOSPELAEDUCACAO](https://www.instagram.com/TODOSPELAEDUCACAO)

 [/USER.TODOSPELAEDUCACAO](https://www.youtube.com/user/TODOSPELAEDUCACAO)

 [/COMPANY/TODOSPELAEDUCACAO](https://www.linkedin.com/company/TODOSPELAEDUCACAO)



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO